NAJAR ROBERTO PORCEL

República e Educação: as imagens arquitetônicas e jornalísticas do Grupo Escolar “Barão de Monte Santo” (Mococa-SP)

Campinas-SP

2007

© by Najar Roberto Porcel 2007.

Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca da Faculdade de Educação/ UNICAMP

Porcel, Najar Roberto.
P822r República e educação: as imagens arquitetônicas e jornalísticas do Grupo Escolar Barão de Monte Santo (Mococa-SP) / Najar Roberto Porcel. -- Campinas, SP: [s.n.], 2007.

Orientador : Elisa Angotti Kossovitch.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. República. 2. Educação. 3. Grupo escolar. 4. Arquitetura. 5. Urbanização. I. Kossovitch, Elisa Angotti. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

07-013/BFE

Título em inglês: Republic and education: the architectural and journalistic images of the "Grupo Escolar Barão de Monte Santo (Mococa-SP)"
Keywords: Republic; Education; School group; Architecture; Urbanization.
Área de concentração: Educação, Sociedade, Política e Cultura.
Titulação: Mestre em Educação
Banca examinadora: Profa. Dra. Elisa Angotti Kossovitch (Orientador)
Profa. Dra. Maria Carolina Boverio Galzerani
Profa. Dra. Marta Maria Chagas de Carvalho
Prof. Dr. Francisco Segnini Junior
Profa. Dra. Olga Rodrigues de Morais von Simson
Data da defesa: 2007
Programa de pós-graduação : Educação
e-mail : najarporcel@bol.com.br

Dedico este trabalho ao meu avô Felix Porcel (in memoria), ao meu filho Ian Felix Porcel e a minha companheira Ana Gabriela.

AGRADECIMENTOS

À profa. Dra. Elisa Angotti Kossovith, pela lúcida, culta e marcante orientação que recebi no período e pela sua profunda presença na trajetória de minha formação.

À profa. Dra. Maria Carolina Bovério Galzerani pela inestimável contribuição a esta pesquisa, aos meus estudos e à minha formação e pela felicidade de ter sido seu aluno.

À profa. Dra. Marta Maria Chagas de Carvalho pela sua valiosa participação no processo de conclusão desta dissertação, que me ajudou a ter mais claros os limites e possibilidades de meu trabalho.

Ao professor e amigo Romeu Adriano da Silva pela cuidadosa leitura que fez de meu texto e pela preciosa amizade que me dedica.

À CAPES por parte do financiamento desta pesquisa, no período de abril de 2004 a fevereiro de 2005, e ao FUNDESP (Fundo de Desenvolvimento da Educação em São Paulo), pelo financiamento e incentivo deste trabalho no período de abril de 2006 até março de 2007.

À Diretora da E.E. "Barão de Monte Santo", Ivanir Machado, pela colaboração no árduo processo de localização de fontes primárias e coleta de dados e pelo pronto e valioso apoio que dela recebi durante a pesquisa.

Ao professor Carlos Alberto Paladini pelos importantes depoimentos.

À funcionária do Arquivo Público Municipal, Eliana Galvani, pela colaboração no trabalho com as fontes.

Ao amigo-poeta Rogério Moreira que me ensinou que a felicidade é algo que podemos encontrar sentados à margem da calçada observando o céu estrelado ou simplesmente olhando retratos.

À Ana Gabriela e ao meu filho Ian pelo carinho que tenho por eles e pela constante colaboração.

Aos meus pais, Lola e Tadeu, e meus irmãos Nauber, Naide e Nídia, pelas ajudas diversas no cotidiano da pesquisa e do estudo.

Ao Rodrigo pelo socorro nas questões da informática.

Aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação.

Ao Gildenir Carolino Santos e aos outros funcionários da Biblioteca da Faculdade de Educação da Unicamp.

A todas as pessoas com quem dividi a experiência da amizade, do amor e das lutas.

A todos os meus alunos, de ontem e de hoje.

As cidades são como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa.

Ítalo Calvino

SUMÁRIO

Dedicatória	*v*
Agradecimentos	*vii*
Epígrafe	*ix*
Lista de figuras	*xii*
Lista de tabelas	*xv*
Resumo	*xvii*
Abstract	*xix*
INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I - A "CULTURA" DO CAFÉ E O PARADIGMA URBANO DO RIO DE JANEIRO NO PROJETO DE "MODERNIZAÇÃO" DA CIDADE DE MOCOCA	**07**
1.1 - CAFÉ: "O OURO VERDE"	07
1.2 - O RIO DE JANEIRO COMO PARADIGMA DA MODERNIDADE	17
1.3 - O PROJETO REPUBLICANO PARA O ENSINO	34
1.4 -A DIMENSÃO ESPACIAL DO GRUPO ESCOLAR "BARÃO DE MONTE SANTO" E A RELAÇÃO COM O SEU ENTORNO	40
CAPÍTULO II - O PAPEL DA ARQUITETURA NA EDUCAÇÃO REPUBLICANA: O GRUPO ESCOLAR "BARÃO DE MONTE SANTO"	**47**
2.1 - CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR BARÃO DE MONTE SANTO	47
2.2 - AS IDÉIAS DE JEREMY BENTHAM	54
2.3 - O PRINCÍPIO *PANÓPTICO*	59
2.4 - A FUNÇÃO CURRICULAR DO NOVO EDIFÍCIO ESCOLA	60
CAPÍTULO III - A "EDIFICAÇÃO" DE CIDADÃOS PARA A REPÚBLICA: IMPRENSA MOCOQUENSE, EDUCAÇÃO E PROJETO REPUBLICANO	**69**
3.1 - A LITURGIA CÍVICA	71
3.2 - A PEDAGOGIA MORAL	75
3.3 - ASPECTOS FUNDAMENTAIS DO ESPAÇO REPUBLICANO E OUTRAS NOTAS SOBRE A MODERNIZAÇÃO DA CIDADE	79
3.4 - A REPÚBLICA LIBERAL: CONSAGRAÇÃO DO IDIVIDUALISMO	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	**91**
REFERÊNCIAS	**93**
FONTES	**99**

LISTA DE FIGURAS

Capítulo I

Figura 1	Gabriel Garcia de Figueiredo – "Barão de Monte Santo"	12
Figura 2	Planta da Cidade de Mococa no início do século XX	28
Figura 3	Inauguração da Igreja Matriz	29
Figura 4	Vista, a partir da entrada Igreja Matriz, dos casarões	31
Figura 5	Construção de 1916 – propriedade de José Pereira Lima Netto	31
Figura 6	Fachada, com um terraço no piso superior, propriedade de Vera Ribeiro Lima Toledo	32
Figura 7	Praça, Igreja e Escola, hoje.	43
Figura 8	Praça, construção do Jardim e Igreja (1906).	43
Figura 9	Planta Central	46

Capítulo 2

Figura 1	Fachada do edifício	51
Figura 2	Fachada atual do edifício	62
Figura 3	Planta atual do prédio	66
Figura 4	Corredor	67
Figura 5	Pátio Interno	68

LISTA DE TABELAS

Capítulo I

Tabela 1	Número de imigrantes que chegaram ao Brasil entre 1819 e 1940	10
Tabela 2	População de Mococa (1900-1950)	28

RESUMO

O objeto central de análise deste trabalho é o edifício do Grupo Escolar "Barão de Monte Santo", atualmente Escola Estadual "Barão de Monte Santo", projetado e construído no início do século XX, na cidade de Mococa, Estado de São Paulo e as possíveis relações entre o período republicano e educação.

A estrutura arquitetônica desse prédio é a expressão do projeto em curso de consolidação da ordem burguesa no Brasil. Os edifícios escolares são eleitos pelos intelectuais da Primeira República (1889-1930) como divulgadores dos valores republicanos.

O Grupo Escolar Barão de Monte Santo é estudado em suas relações com o contexto republicano e de expansão das atividades urbanas no interior paulista, dotado de um ideário modernizador representando as expectativas políticas republicanas e sociais no sentido de tornar a cidade do interior paulista ícone de prosperidade e de desenvolvimento.

Palavras-chave: República, Educação, Grupo Escolar, Arquitetura, Urbanização.

ABSTRACT

The central issue of analysis of this work is the building of the "Grupo Escolar Barão de Monte Santo", now the State School " Barão de Monte Santo ", projected and built in the beginning of the twentieth century, in the city of Mococa, State of São Paulo and the possible relations between the republican period and education.

The architectonic structure of that building is the expression of the project in course of consolidation of the bourgeois order in Brazil. The school buildings are chosen by the intellectuals of the First Republic (1889-1930) as divulgers of the republican values.

The "Grupo Escolar Barão de Monte Santo" is studied in its relations with the republican context and the expansion of the urban activities in the interior of São Paulo, endowed with a modernistic idea representing the social and political republican expectations in the sense of making the interior city of São Paulo an icon of prosperity and development.

Keywords: Republic, Education, School Group, Architecture, Urbanization.

INTRODUÇÃO

O objeto central de análise deste trabalho é a configuração de um espaço escolar, através da construção do edifício do Grupo Escolar "Barão de Monte Santo", atualmente Escola Estadual "Barão de Monte Santo", projetado e construído na 1ª. República, na cidade de Mococa, Estado de São Paulo e as possíveis relações entre o período republicano e educação.

A estrutura arquitetônica desse prédio é a expressão do projeto em curso de consolidação da ordem burguesa no Brasil. Os edifícios escolares são eleitos pelos intelectuais da Primeira República (1889-1930) como divulgadores dos valores republicanos.

O Grupo Escolar "Barão de Monte Santo" é estudado em suas relações com o contexto republicano e de expansão das atividades urbanas no interior paulista, dotado de um ideário modernizador representando as expectativas políticas republicanas e sociais no sentido de tornar a cidade do interior paulista ícone de prosperidade e de desenvolvimento. A criação do centro moderno e os demais melhoramentos traduzidos em obras arquitetônicas na cidade emitiam a imagem do progresso.

O objetivo deste trabalho é fazer uma interpretação da história da educação brasileira republicana decifrando os elementos simbólicos da arquitetura dos prédios escolares e identificando:

- seu caráter monumental e imponente;

- uma linguagem a ser decifrada;

- a construção da escola como processo histórico, cultural e social.

Vilanova e Artigas já destacava que a "força semântica" dos edifícios escolares aparece nos diversos projetos de educação nacional:

> ... em cada fase da luta pela educação nacional, constroem-se escolas cuja arquitetura reflete, talvez melhor que qualquer outra categoria de edifícios, as passagens mais empolgantes de nossa cultura artística; os recursos técnicos que tivemos à disposição; tudo condicionado a um programa nacional de desenvolvimento. Conhecendo estas passagens pode, a arquitetura brasileira, não só valorizar corretamente os sucessos dos pontos nodais de sua história, como escolher caminhos novos. (ARTIGAS, 1970, p. 10)

A criação do Grupo Escolar é uma clara demonstração do poder das oligarquias cafeeiras locais. Por volta de 1870, o café já aparece como uma significativa fonte de renda, atraindo vários trabalhadores para Mococa. (QUEIROZ, 1902).

Intensas transformações ocorreram na sociedade brasileira na segunda metade do século XIX: a Proclamação da República, o trabalho escravo foi substituído pelo trabalho assalariado, o intenso cultivo do café, a imigração, a construção de ferrovias acabam por determinar significativas mudanças.

A construção de um espaço agradável, limpo, sóbrio, com ar e luz, é uma idealização dos republicanos, seguindo pressupostos higienistas e positivistas.

Para o entendimento do projeto arquitetônico do edifício da escola é necessário desvendar o caráter da instituição escolar no período, o poder de sedução da imagem (símbolo da modernidade), um instrumental a serviço de um amplo projeto que está determinado em remodelar um espaço cujo aspecto deve ser modificado para atingir aparência semelhante à dos grandes centros urbanos. A idéia de rural está associada ao atraso, enquanto a idéia de urbano está associada ao progresso, daí o desejo das oligarquias de remodelação da fisionomia urbana, motivando um intenso processo de modernização.

A "Educação Redentora" [1] era a proposta das oligarquias, que logo após a vitória do movimento republicano em 1889, consolidam a idéia de que é através da educação que o país se desenvolveria. A educação seria a "salvação", a "redenção" para o Brasil atingir o progresso, noção cara ao liberalismo. Os fazendeiros do café sintonizados com "os novos tempos" aparecem no imaginário social como verdadeiros "mecenas", proporcionando a chegada de algumas inovações técnicas.

Inevitavelmente, a idealização desse espaço escolar comporta um currículo oculto, imagético. A escolha de um local central para a construção do prédio, próximo à Igreja Matriz, à Prefeitura, à Praça (centros do poder) reforça a idéia de solidez, ostentação, imprimindo um caráter monumental ao edifício, o que acentua a relação com o seu entorno:

> Assim como a escola foi construída historicamente, sua edificação – específica para o ensino – foi planejada e arquitetada,

[1] Lema utilizado por vários autores para definir os diversos movimentos ocorridos nas primeiras décadas da República brasileira em torno da educação.

> intencionalmente, para tornar-se um lugar representativo de uma atividade educativa, cujas variáveis estão atreladas ao período histórico no qual ela se insere. Dotadas de uma simbologia própria, a linguagem arquitetônica cria e reproduz algumas representações, e, enquanto expressão de um sistema de intenções, valores e discurso, deve ser analisada como construção cultural. Uma instituição escolar ocupa um espaço e um lugar, havendo uma correspondência entre sua construção e autonomia adquirida em relação a outras instituições ou poderes. (BENCOSTTA, 2005, p. 146)

Este trabalho está estruturado em três capítulos, articulados entre si, visando uma reflexão sobre a importância da manipulação simbólica na construção do imaginário social (CARVALHO,1990), no período de instalação e construção de instrumentos políticos, cultural e ideológicos da República brasileira, representados na criação dos Grupos Escolares, agentes privilegiados dessa atuação, o que nos faz entender a educação escolar como importante instância mediadora da vida social.

Para o esclarecimento *"das efetivas relações econômico-sociais, politicas e cultural-ideológicas da sociedade mocoquense com o todo da formação social brasileira do período"* (SILVA, 2004, p.13) a análise de fontes apontou informações importantes para esse trabalho. Todos os números do jornal *"A Mococa",* entre 1909 e 1914, foram pesquisados. O jornal, órgão do Partido Republicano Paulista, responsável pela inserção dos interesses privados na esfera pública, servia como arma influente para o convencimento da população.

Outra fonte importante para essa pesquisa foi o *Livro de Inspeção Sanitária de 1922* escrito por Augusto Barreto Filho[2]. O livro é a expressão de uma visão conservadora em que a questão moral, apontada pelos positivistas como o maior problema da humanidade no final do século XIX, está intimamente ligada ao discurso higienista.

[2] Médico sanitarista.

A análise do projeto republicano que priorizava a educação popular e o combate ao analfabetismo, a intensificação do processo de urbanização (dirigida pelas oligarquias locais), a "transformação simbólica" da cidade num "lugar moderno" será o tema do primeiro capítulo. Ainda neste capítulo, analisaremos as características da dimensão espacial do Grupo Escolar, considerando sua localização em relação a outros espaços e lugares e a relação com o seu entorno (a imagem como construção discursiva). O estudo do espaço é realizado em primeiro lugar considerando a localização da escola na parte central de Mococa e tendo em vista as justificativas apresentadas na época para sua localização.

O segundo capítulo discute a função curricular do edifício escolar, a sua arquitetura encarada como um programa educador, característica de um projeto que concebe as instituições correcionais, educacionais e morais como parte de um todo concebido para ser visto, dominado e corrigido. Neste capítulo, ainda, a apresentação dos clichês *panópticos*[3] do prédio, através de suas plantas, o traçado arquitetônico do edifício.

O terceiro capítulo apresenta as diversas fontes impressas encontradas: os documentos levantados nos arquivos da Escola Estadual "Barão de Monte Santo", livros de registros diversos; artigos do Jornal *"A Mococa"* (1909-1914) e o *"Livro de Inspeção Sanitária de 1922"*. As notícias

[3] Para Foucault, no princípio geral da construção *panóptica* a visibilidade passa a ser uma armadilha. O modelo arquitetônico *panóptico* pode ser aplicado em prisões, indústrias, hospícios, hospitais e escolas. O objetivo dessa máquina é vigiar e controlar o outro possibilitando "ver sem ser visto". Ele introduz no observado a impressão de estar sempre sendo vigiado o que assegura o funcionamento imediato do poder; a onipresença garante o funcionamento automático da inspeção. Esse "aparelho" possui uma geometria simples: Na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre, esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. (Cf. FOUCAULT 1991, p. 177).

do jornal confirmam o discurso republicano e o papel que desempenhou de instrumento ideológico das oligarquias cafeeiras. Destaca-se a importância da manipulação simbólica na construção do imaginário social republicano.

O ideário republicano aparece na imagem e na estrutura do prédio, na dimensão espacial, no traçado simétrico das ruas. Compreender o emprego dos símbolos impressos através da palavra escrita (jornal e demais fontes), decifrar elementos significativos deste projeto e analisar o papel que a imprensa desempenhou na construção do discurso sobre a educação, no período estudado, é a proposta deste terceiro capítulo.

Assim, este trabalho está estruturado de maneira que melhor pudesse evidenciar o projeto republicano, para o objeto escolhido, seu significado e suas implicações, possibilitando uma maior compreensão da história da educação brasileira.

CAPÍTULO I

A "CULTURA" DO CAFÉ E O PARADIGMA URBANO DO RIO DE JANEIRO NO PROJETO DE "MODERNIZAÇÃO"[4] DA CIDADE DE MOCOCA

> "Eu cruzava o bulevar com muita pressa, chapinhando na lama, em meio ao caos, com a morte galopando na minha direção, de todos os lados".
>
> Baudelaire

1.1- CAFÉ: "O OURO VERDE"

A segunda metade do século XIX é marcada por significativas transformações na sociedade brasileira: a Proclamação da República, a substituição do trabalho escravo pelo assalariado, a intensificação do cultivo do café, a imigração, a construção de ferrovias.

Nesse momento, o café torna-se a base da economia nacional e é o principal produto agrícola brasileiro[5]. No mercado

[4] O termo "modernização" é utilizado nesse trabalho na seguinte acepção: "*processo de mudança econômica, política, social e cultural que ocorre em países subdesenvolvidos, na medida em que se direcionam para padrões mais avançados e complexos de organização (...) Parte da referência implícita ou explícita a uma dicotomia entre dois tipos ideais: a sociedade tradicional (que em algumas versões também pode ser chamada de 'rural', 'atrasada' ou 'subdesenvolvida') e a sociedade moderna (ou 'urbana', 'desenvolvida', 'industrial')*. Cf. (OUTWHAITE & BOTTOMORE, 1996, pp. 477-478).

internacional o produto se expande largamente. Durante a Primeira República (1889-1930) o café foi o principal produto de exportação[6] e o Brasil chegou a atender mais de 70% do consumo mundial. O crescimento da produção foi bastante rápido; a chegada do café a São Paulo encontra, além das condições favoráveis para o plantio, uma mão-de-obra imigrante assalariada que corrobora para o aumento da produção:

> A importância do rápido crescimento da produção e desse deslocamento geográfico só poderá ser entendida se considerarmos as simultâneas mudanças ocorridas ao nível das relações de produção. Ao subir os planaltos de São Paulo, as plantações abandonam o trabalho escravo pelo trabalho assalariado. Com o trabalho assalariado, a produção cafeeira conhece a mecanização (pelo menos uma mecanização parcial, ao nível das operações de beneficiamento do café). Além disso, a possibilidade desse deslocamento é determinada pela construção de uma rede de estradas de ferro bastante importante. Finalmente, o financiamento e a comercialização de uma produção que atinge milhões de sacas implica o desenvolvimento de um sistema comercial relativamente avançado, formado por casas de exportações e uma rede bancária. (SILVA, 1976, p. 50)

Os imigrantes constituem-se como fator importante para o crescimento da produção cafeeira. Os italianos formam o grupo mais numeroso, se dirigiam a São Paulo onde o trabalho nas fazendas de café os atraía:

---

[5] "*Em 1820-1829 o café representava 18,18% do valor total. Mas no começo da República esse número já subia para 56,63% e em 1904-1905, 75,6%, altura em que se manteve durante quase todo período até 1924 quando, apesar do relativo desenvolvimento de outros produtos agrícolas, continuavam com 76,3% e em 1927, 70,6%*". (BASBAUM, 1976, p. 82).

[6] Comparado com outros países exportadores o Brasil aparece como o principal exportador de café: "Em 1915, a exportação mundial de café montou a 23.473.269 sacas, assim distribuídas, segundo os países exportadores: Brasil, 17.061.398 sacas (72,68%); demais países americanos, 4.872.206 sacas (20,75%); África 266.182 sacas (1,55%)". (IDEM, ibidem, p. 84).

> De 1820 a 1920 entraram no Brasil 3.642.382 imigrantes. Desse total, mais de 1 milhão entraram nos últimos 12 anos, de 1908 a 1920. Italianos, 1.388.881; portugueses, 1.055.154; espanhóis 510.514. Até 1889 recebíamos anualmente em média 12 mil imigrantes. A partir dessa data, a média subia de ano para ano de tal forma que entre 1921 e 1930 era calculada em 87 mil. Desse quinhão a maior parte ia para São Paulo, ora diretamente, atraída pelas promessas dos fazendeiros, ora partindo, ou melhor, fugindo do Rio e da febre amarela. Nos decênios 1870/1879, 1880/1889, São Paulo recebera respectivamente 11330 e 183.395. No decênio seguinte, após a abolição, esses números sobem para 743.985 e nos subseqüentes 386.834, 446.582 e 487.253. (BASBAUM, 1976, p. 142).

Zuleika Alvim (1998) destaca a estrutura criada no estado de São Paulo para atrair os imigrantes italianos:

> (...) uma política imigratória clara, pautada pelo anseio dos cafeicultores paulistas por mão de obra farta e barata para as suas plantações, sobretudo a partir de 1884. Desejosos de substituir os escravos em suas fazendas, eles não mediram esforços. Assim com o intuito de facilitar a realização de tais objetivos, uma infra-estrutura sem precedentes foi montada, envolvendo passagens gratuitas, arregimentadores em toda a Europa, colocação de colonos nas fazendas, construção de uma hospedaria em São Paulo para abrigar os recém chegados até sua ida para as plantações de café, uma forma de pagamento que conjugava salários com os resultados da venda de produtos das lavouras pessoais no mercado. (ALVIM, 1998, p. 250)

O estado de São Paulo passa a ser o centro da produção nacional do café e o deslocamento do cultivo de café para o interior do estado acaba por desenvolver toda a região. Toda essa riqueza proporcionada pelo comércio do café dá amplos poderes aos fazendeiros. Surge na região de São Paulo uma oligarquia poderosa que passa a influenciar profundamente as efetivas relações econômico-sociais, políticas e cultural-ideológicas da sociedade brasileira. A força dessa oligarquia não se restringe aos limites das fazendas de café:

> ...o processo de transformação das plantações de café é também o processo de formação da burguesia cafeeira. O desenvolvimento da economia cafeeira é o desenvolvimento do capital cafeeiro. Mas a economia e o capital cafeeiro ultrapassam largamente as plantações. (SILVA, 1976, p. 59)

Pode-se afirmar, com certeza, que o progresso do estado de São Paulo está associado a dois fatores básicos: o café e toda a riqueza que o circunda e, em segundo lugar, a imigração.

Muitas famílias vindas da Europa vieram ao Brasil, em virtude da política adotada, ainda no Império, para atrair mão de obra para o país. A tabela abaixo, apresenta o número de imigrantes que chegaram ao Brasil entre 1819 e 1940:

Nacionalidade	1819-1883	1884-1940	Totais
Alemães	62.327	170.645	232.972
Austríacos	8.404	85.790	
Franceses	8.008	32.373	
Espanhóis	15.337	581.718	597.055
Ingleses	6.678	23.745	40.381
Italianos	96.018	1.412.263	1.508.281
Iugoslavos		22.838	22.838
Japoneses		185.799	185.799
Poloneses		47.765	47.765
Portugueses	223.626	1.204.394	1.428.020
Russos	8.835	108.121	116.956
Sírios		20.507	20.507
Suíços	7.289	10.270	17.559
Turcos		78.455	
Outros			
Subtotal	436.522	3.984.683	4.421.205
Outros	110.128	174.034	284.162
Total Geral	546.650	4.158.717	4.705.367

(ALVIM, 1998, p. 233)

A força do café é notada na esfera política, onde os fazendeiros chegam a ocupar diversas posições no aparelho do Estado. Quando não exerciam o cargo de deputado, senador, prefeito,

governadore presidente da República exigiam da população que votasse nos candidatos por eles indicados. A União daria sustentação às oligarquias estaduais que garantiam a eleição dos candidatos indicados pelo Executivo. Essa prática que se baseava numa troca de favores entre a oligarquia estadual e os chefes políticos locais, "os coronéis", ficou conhecida como "coronelismo"[7]. Os cafeicultores acabam por conduzir as vidas da população. Manipulam a consciência, criam hábitos e interferem de maneira significativa na urbanização das cidades.

Nessa conjuntura, a cidade de Mococa, situada no Vale do Rio Pardo, ao norte da cidade de São Paulo, divisando com o estado de Minas Gerais, sendo seus principais rios o Pardo e o Canoas. Elevada à categoria de Freguesia em 1856, pertencendo a Vila de Casa Branca, distrito de Mogi-Mirim e reconhecida como cidade em 1875 (Cf. QUEIROZ, 1902), já despontava, em 1895, como local de grande produção de café. *"Em 1900, a produção alcançou a casa das 7.500 toneladas. Havia 125 propriedades que cultivavam o produto e, distribuídos entre elas, a farta quantidade de 8.475.000 pés de café."* (PALADINI, 1995, p. 130).

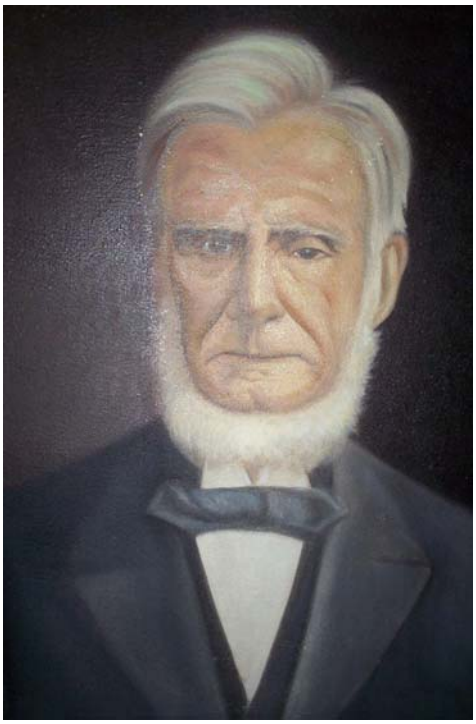
O Brasil era um país essencialmente agrícola. A cidade de Mococa não fugia à regra. Todo o planejamento e o desenvolvimento da cidade fica a cargo das elites agrárias. Entre os representantes dessas elites agrárias está o fazendeiro de café, Gabriel Garcia de Figueiredo, o "Barão de Monte Santo"[8].

---

[7] Ver: LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 5ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

[8] *"Gabriel Garcia de Figueiredo é uma das mais expressivas figuras da História de Mococa, filho de Diogo Garcia da Cruz e de Inocência Constança Figueiredo, nasceu no dia 14 de janeiro de 1819, em São João Nepomuceno, Província de Minas Gerais. Seu nome, como o de seu pai, Diogo Garcia da Cruz, e de seu irmão, Diogo Garcia de Figueiredo, já se inscrevera, em 1837, entre os primeiros povoadores na zona sertaneja da futura cidade, afazendando nas terras denominadas Alegria. Ocupou importantes cargos. Foi chefe do Partido Conservador, de 1866 até a Proclamação da República, em 1889. Foi vereador, na qualidade de representante da Freguesia de São Sebastião da Boa Vista, na Câmara da Vila de Casa Branca, de 1852 a 1866. Ocupou, em 1873, a Presidência da Câmara da*

FIGURA 1 – Retrato a óleo de Gabriel Garcia de Figueiredo, o "Barão de Monte Santo". (época: 1960; estilo: acadêmico; material: tela e moldura de madeira; técnica: óleo sobre tela; autor: Carlos Alberto Paladini; dimensões: altura 0.55m/ largura 0,44m).



Fonte: Mococa – Prefeitura Municipal Coordenadoria de Cultura – Museu Histórico e Pedagógico "Marquês de Três Rios".

Vila de São Sebastião da Boa Vista – em sua primeira instalação – e, nesse mesmo ano, foi eleito Juiz de Paz. Em 1883, foi novamente presidente da Câmara Municipal de Mococa.

Pela força do seu prestígio político fez com que a Vila de São Sebastião da Boa Vista fosse elevada ao foro de cidade, pela lei nº 20, de 8 de abril de 1875, com o nome de Mococa.

Foi oficial de Comando da Guarda Nacional, no posto de tenente-coronel. Abastado fazendeiro, possuía as propriedades denominadas Borba da Mata, nas terras da antiga Alegria, Grama, em Monte Santo; e Jardim, em Casa Branca.

Em 1879 fez construir, às expensas próprias (e doado ao Governo Provincial, em 25 de novembro de 1885) um grande prédio destinado à instrução pública. Este prédio se constituiu, mais tarde, no primeiro Grupo Escolar de Mococa, responsável pela educação básica de várias gerações de mocoquenses e que ainda hoje com o nome de Escola Estadual de 1º Grau "Barão de Monte Santo". Participou da construção da Santa Casa de Mococa, fez parte da comissão construtora da Matriz Nova de Mococa. Foi um dos fundadores do Banco regional de Mococa.

Em 19 de dezembro de 1885 o Imperador D. Pedro II assinava um decreto, agraciando o fundador e grande benfeitor de Mococa com o título de "Barão de Monte Santo".

Faleceu em Mococa no dia 18 de novembro de 1895 com 79 anos." (PALADINI, 1995, pp. 28-35)

A chegada dos trilhos da Mogiana, companhia organizada pelo capital cafeeiro e que tinha como principal acionista o rei do café de Mogi-Mirim, Queiroz Telles, é decisiva para a transformação da pequena cidade em importante região cafeeira o que vem se expressar no desenvolvimento do comércio, propiciando significativa mudança para a cidade.

> Tal situação fez do município não apenas um grande produtor, mas, também, uma importante praça cafeeira, que tudo fazia para incentivar o comércio local e para haver possibilidades de desdobramentos das atividades econômicas demandadas pela própria economia cafeeira. (PALADINI, 1995, p.22)

O desenvolvimento da cidade de Mococa acompanha o progressivo desenvolvimento da economia cafeeira brasileira, articuladamente, sendo dela importante expressão:

> Marcando como um novo elemento da paisagem urbana e rural, o trem de ferro chegou a Mococa no dia 18 de março de 1890, sobre os trilhos da Estrada de Ferro Mojiana. A chegada da estrada de ferro permitiu uma maior comercialização do "produto da terra" e, como conseqüência, proporcionou um período de grande progresso: o comércio cresceu, enriquecido com a fundação de grandes armazéns de secos e molhados, e de outros gêneros de consumo. Foram criadas várias casas comissárias de café, que realizavam avultadas vendas, fazendo de Mococa o grande centro comercial da região. (PALADINI, 1995, p. 88)

Os fazendeiros de café surgem aos olhos dos moradores da cidade como agentes do "progresso" e da "modernidade", verdadeiros "mecenas" que proporcionariam a chegada de várias inovações técnicas para o benefício de todos. Firmam sua posição de destaque na hierarquia da sociedade brasileira, e obtém o *status* de uma classe que se empenha:

> Nesse momento histórico de mudanças aceleradas, consolida-se o poder de uma classe social ativa, em ascensão para uma posição de domínio econômico e espiritual e interessada em aprofundar a experiência republicana, empenhando-se arduamente na separação entre esfera pública e esfera privada. De um lado, trata-se de uma burguesia portadora de um estado de autoconsciência e que apregoa abertamente a relação entre poder político e poder econômico. De outro, trata-se de uma burguesia cismada com o espetáculo da multidão, que desenvolve os seus próprios códigos de conduta, ameaçando impô-los ao corpo político. (MONARCHA, 2001 p. 104)

A oligarquia cafeeira está determinada em remodelar um espaço cujo aspecto deve ser modificado para atingir aspecto semelhante ao dos grandes centros urbanos, motivando um intenso processo de modernização. A cultura européia, em especial a francesa, inspira a nova elite na busca de uma nova identidade para o país.

Em Mococa, depois da chegada da Mogiana, os cafeicultores lançam-se numa nova empreitada. Remodelar os traçados das ruas da cidade, construir novos prédios públicos, edificar suas residências. O intuito da remodelação do centro da cidade é manifestar um discurso inovador e demonstrar, através da arquitetura, uma forma de "escritura no espaço" em que se fariam notar pelas próximas gerações:

> ... a nova moda arquitetônica possibilita a autoprojeção cultural de uma classe social na modelação da fisionomia urbana, a qual se torna conglomerada, angulosa e envolta em ar cosmopolita. (MONARCHA, 2001, p. 104)

Os costumes franceses ditam a moda.[9] A referência para a crescente urbanização da cidade, para a "modernização dos costumes

[9] "*Paris se havia transformado em centro do mundo e o espírito francês atraía todas as atenções para as artes, para as ciências, para a alegria de viver. Reinava la belle époque. A burguesia, bem instalada no poder, acreditava haver atingido a mais alta perfeição possível nas sociedades humanas, sonhada pelos homens e desejada por Deus.*" (BASBAUM, 1976, p. 51)

dos mocoquenses"[10], é a cidade do Rio de Janeiro, que, por sua vez, é moldada, "decalcada" em padrões europeus.

> As reformas regeneradoras que acometeram as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo (...) também inspiraram a elite cafeeira de Mococa em sua campanha civilizadora. A abertura e o alargamento de ruas, a construção e embelezamento de praças, bem como de teatros, cinemas, hotéis e casas bancárias – além de instauração de normas para o comércio e para o "abrandamento" dos costumes – demonstravam um esforço em modernizar a cidade atendendo às expectativas das elites. (MARQUES, 2004, p. 92)

Os fazendeiros, implementadores das "novidades" no município de Mococa, não o faziam sem parâmetros, ao contrário, eram freqüentadores de exposições que, amiúde, ocorriam na cidade do Rio de Janeiro, uma vez que a então capital do país era modelo[11] a ser seguido pelo projeto da oligarquia mocoquense na edificação de uma cidade nova:

> Afim de assistir á Exposição Nacional, seguiu há dias para o Rio, acompanhado de sua exma. Família, o sr. Dr. Augusto F. de Mattos Barreto.
> Com o mesmo destino seguiu hontem para S. Paulo o sr. Antonio Theophilo Dias.
> Ainda com o mesmo destino, devem de seguir amanhã os srs. Major José Quintino Pereira e Octavio Pinho. (JORNAL A MOCOCA, 20/09/1908, ano XII nº 627)

Assim, a capital federal, além de ser o pólo irradiador de cultura, é o local onde as novidades européias chegavam primeiramente,

---

[10] Para a questão da modernização dos costumes em Mococa ver: MARQUES, Higina Teixeira. *O teatro e a modernização dos costumes em Mococa (1894-1918)*. Revista Ensaios de História, Franca, v. 7, n. 1/2, p. 23-31, 2002.

[11] "A experiência urbana – vivenciada por cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, transformadas em 'lugares modernos' – servia de parâmetro para uma "transformação simbólica" do território brasileiro e de seus habitantes." (MARQUES, 2004, p. 90).

para depois atingirem outras localidades do país. Para ser "moderno" visitar o Rio de Janeiro é condição fundamental. A maior cidade do país, sede de várias instituições de grande importância, como o Banco do Brasil, a Bolsa de Valores entre outras, exerceu domínio sobre várias cidades importantes do país que, também, foram tomadas do "mesmo fervor reformista", "remodelador", "construtor", sob diversos pretextos inclusive o sanitarista, como, por exemplo: Fortaleza, Belo Horizonte, Manaus, São Paulo, Porto Alegre, Salvador e Recife , uma vez que:

> (...) espantavam investimentos e imigrantes ansiados pelas elites alicerçadas. Urgia "civilizar" o país, modernizá-lo, espelhar as potências industriais e democratizadas e inseri-lo, compulsória e firmemente, no trânsito de capitais, produtos e populações liberados pelo hemisfério norte. As grandes capitais da jovem República constituíam o horror a qualquer um que estivesse habituado aos padrões arquitetônicos e sanitários de grandes capitais européias, como Paris, Londres, Viena e São Petersburgo, a Nova York e Washington, ou mesmo às cidades secundárias dos países centrais. (MARINS, 1998, p. 134)

As grandes cidades brasileiras surgiam como espaços para novas possibilidades de vida, uma tentativa de esquecer as "mazelas do campo". Na cidade do Rio de Janeiro, o café e a necessidade de redefinir o crescimento da cidade em função de objetivos capitalistas determinados[12], impõem severas normas para modificar a aparência da cidade. A cidade vira um canteiro de obras. O Rio de Janeiro passa por uma intensa reforma urbana, conhecida como "bota-abaixo". Centenas de edifícios e casas foram derrubados para que amplas avenidas "modernas" fossem construídas. A avenida Central (hoje, Rio Branco), é aberta. Nesse processo, grande parte da população (a mais pobre da cidade) é desalojada e obrigada a deixar a região central da cidade e se dirigir até os morros.

[12] O Rio de Janeiro concentrava o 3º maior porto do mundo, em volume de comércio.

1.2- O RIO DE JANEIRO COMO PARADIGMA DA MODERNIDADE

O Rio de Janeiro inicia o século XX como a maior cidade do país; possuía uma população superior a 500 mil habitantes, era a capital econômica, cultural e política do país. Ao final do Império e início da República, seguiu-se uma variedade de propostas díspares na disputa pelo modelo de república a ser implantado no país, bem como expressão de forças sociais antagônicas presentes nesse processo:

> ... foi uma época caracterizada por grande movimentação de idéias, em geral importadas da Europa. Na maioria das vezes, eram idéias mal absorvidas ou absorvidas de modo parcial e seletivo, resultando em grande confusão ideológica. Liberalismo, positivismo, socialismo, anarquismo misturavam-se e combinavam-se das maneiras mais esdrúxulas na boca e na pena das pessoas mais inesperadas. (CARVALHO, 1987, p. 42)

A corrente positivista[13] ganha vários adeptos no país.

> No processo político que levou à queda da Monarquia e à consolidação da República, os positivistas propugnavam pela instauração de um Estado forte, autoritário, capaz de empreender a renovação moral e material da sociedade. (BENCHIMOL, 1992, p. 303)

Entretanto, a capital do Brasil não acompanhava a onda de progresso que o café trazia consigo: suas ruas eram estreitas, as condições

[13] *"Na visão positivista (...) a sociedade contemporânea é analisada como um todo orgânico, regulado por leis naturais. A sociedade seria um organismo composto por partes diferentes, mas mutuamente dependentes, da mesma forma que o organismo de um ser vivo é composto por vários órgãos dependentes."* (RIDENTI, 1992, pp. 5-6).

sanitárias[14] eram problemáticas em demasia, não havia uma rede de esgotos, o sistema de iluminação era precário (a gás), e os bondes (principais meios de transporte coletivo da época) eram puxados por burros, até o início do século XX. Essas condições impulsionaram um projeto para modernizar a cidade:

> As grandes obras de melhoramento, embelezamento e saneamento da principal "cabeça urbana" do país atendiam a necessidades imperiosas no que concerne às suas funções políticas de sede do Estado nacional e às exigências de uma economia capitalista já consolidada, não obstante a "modernização" viesse apenas reafirmar, em escala ampliada, sua inserção na divisão internacional do trabalho como exportadora de gêneros agrícolas e – em particular no Rio de Janeiro – importadora de produtos industrializados e capitais. (BENCHIMOL, 1992, p. 317)

A renovação da capital verificou-se no aspecto urbanístico, sanitário e social, marcando definitivamente a capital como sendo uma espécie de vitrine do novo regime. Além disso, as "exigências de expansão do capital" obrigavam um dinamismo maior nas relações entre trabalho, produção e escoamento de mercadorias.

Com o propósito de levar a cabo tais projetos, as oligarquias cafeeiras trabalham para a eleição do presidente Rodrigues Alves. Fazendeiro, membro do Partido Republicano Paulista[15] (P.R.P.), partido dos

---

[14] O Rio de Janeiro tinha a fama de uma das cidades mais pestilentas do mundo. *"Além de colocar em risco a sobrevivência das próprias classes dominantes, as epidemias ocasionavam sérios embaraços às relações comerciais com outros políticos e à política de estímulo à imigração estrangeira"*. (BENCHIMOL, 1992, p. 294).

[15] A fundação do P.R.P. ocorreu logo após aos confrontos no Prata (Guerra do Paraguai), momento em que o país assume uma enorme dívida. Sobre a criação do P.R.P. Nicolau Sevcenko (1998),esclarece: (...) foi no contexto desse processo de desestabilização institucional que se fundou o Partido Republicano (1870), propondo a abolição da monarquia, e entrou em cena uma nova elite de jovens intelectuais, artistas, políticos e militares, a chamada "geração de 70", comprometida com uma plataforma de modernização e atualização das estruturas "ossificadas" do Império baseando-se nas diretrizes científicas e técnicas emanadas da Europa e dos Estados Unidos. (SEVCENKO, 1998, p. 14)

fazendeiros do café, é eleito em 1902. Seu plano de governo privilegiava os fazendeiros e cafeicultores. Entre suas prioridades estava a operação de renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro, que tinha os seguintes objetivos:

> ... a criação de uma estrutura portuária condizente com o volume, a velocidade e a qualidade do movimento comercial de exportação e importação que constituía a base da vida econômica do Rio de Janeiro; a criação de vias de comunicação compatíveis com o volume e a velocidade da circulação de cargas e homens no âmbito da própria cidade; a erradicação das freqüentes epidemias, em particular a febre amarela, que ceifavam a vida de milhares de pessoas, comprometendo o êxito da política de estímulo à imigração, além de colocar em permanente risco vidas no seio das próprias classes dominantes; a estratificação do espaço urbano carioca e a criação de espaços destinados ao lazer e ao desfrute das classes dominantes.. (BENCHIMOL, 1992, p. 317)

Para conseguir efetivar seu programa presidencial de governo, Rodrigues Alves nomeia com amplos poderes, para prefeito do Distrito Federal, o engenheiro Pereira Passos, e como chefe da Diretoria de Saúde Pública, o médico sanitarista Oswaldo Cruz.

Ao engenheiro-prefeito Pereira Passos, o presidente Rodrigues Alves incumbe a tarefa de empreender as obras que modernizariam a malha urbana do Rio de Janeiro. Pereira Passos acompanhara o trabalho de Haussman[16] em Paris e resolve importar as reformas urbanas parisienses:

> Haussmann rasgou, no centro de Paris, um conjunto monumental de largos e extensos bulevares em perspectiva, com fachadas uniformes de ambos os lados, reduzindo a pó os populosos quarteirões populares e o emaranhado de ruas estreitas e tortuosas que, desde a revolução de 1789 até a grande

[16] Georges Eugène Haussmann, nomeado por Napoleão III prefeito do Departamento de Seine (1853-1870), implementou uma imensa reforma urbana em Paris. A capital francesa, na época com mais de um milhão de habitantes, foi transformada num modelo de metrópole industrial moderna imitado em todo mundo.

> insurreição proletária de 1848, constituíram o legendário campo de batalha das guerras de barricadas do proletariado parisiense. (BENCHIMOL, 1992, p. 192)

Na França, a reforma urbanística dirigida por Haussmann tinha como ponto principal neutralizar a força do proletariado parisiense que encontrara nas ruas estreitas, na estrutura material urbana, elementos favoráveis e adequados para os levantes populares. Para a construção de barricadas, esse era o cenário perfeito.

Além dessas razões, o projeto de Haussmann tinha o propósito de *"isolar os grandes edifícios, palácios e quartéis, de maneira que resultem mais agradáveis à vista"*. (BENCHIMOL, 1992, p. 193)

As obras empreendidas na capital francesa transformaram a cidade num modelo seguido por outras capitais do mundo. Além do projeto sanitarista, que se tornara **urgente**, as novas avenidas garantiam um rápido deslocamento e fácil acesso para impedir qualquer tentativa de tomada de poder:

> ... além de servirem ao exercício da coação política e militar das classes dominantes, os bulevares atendiam a razões de ordem sanitária e às novas exigências de circulação urbana colocadas pelo desenvolvimento da grande indústria. (Idem, ibidem)

As novidades urbanísticas introduzidas na França e copiadas no mundo todo apresentavam, também, fins utilitários. As avenidas funcionavam como grandes "artérias" atendendo ao grande volume de tráfego e articulando *"os principais terminais de circulação da força de trabalho e das mercadorias no centro comercial."* (Idem, Ibidem)

Outra novidade implementada por Haussmann são as grandes praças públicas nas regiões centrais de tráfego pesado. Essas praças funcionariam como "pulmões ou núcleos verdes". As grandes praças, até

então, eram exclusividades das classes dominantes para seu desfrute e lazer. Na Inglaterra, isso era bastante comum.

Os representantes da oligarquia do café, obcecados pela idéia de ingressar na "civilização" e na "modernidade" capitalista inspiram-se no exemplo parisiense e iniciam o processo de saneamento da cidade do Rio de Janeiro:

> ... centenas de prédios foram rápida e implacavelmente demolidos, deixando ao desabrigo dezenas de milhares de pessoas – trabalhadores e gente pobre sobretudo – para que, em lugar da estrutura material herdada da colônia, *mas já transfigurada em suas funções desde a desagregação do escravismo,* surgissem largas e extensas avenidas, ladeadas de prédios suntuosos, formando uma paisagem decalcada no ecletismo europeu, que tentava dar ao Rio de Janeiro o aspecto imponente e opulento das metrópoles burguesas do Velho Mundo. Uma rede de eixos de comunicação, constituída de ruas alargadas e prolongadas, estabeleceu os nexos de circulação entre o centro da cidade – que adquiria sua função moderna de núcleo comercial, financeiro e administrativo – e as zonas em expansão, ao norte e ao sul, que se formavam ou consolidavam como áreas de moradias ou áreas industriais, descoladas, espacialmente dos antigos limites da Cidade Velha e sua extensão mais recente, a Cidade Nova. (BENCHIMOL, 1992, p. 316)

Em 1901, a cidade de São Paulo fora saneada. Buenos Aires possuía o *status* de ser a primeira cidade moderna da América do Sul. As obras de remodelação da cidade do Rio de Janeiro carregam em si a representação ideológica da noção burguesa de "progresso". "*As reformas tendiam para deixar o Brasil branco, civilizado e europeu.*" (CARVALHO, 1987). A concepção de progresso articula-se com a idéia de civilização. Três importantes avenidas foram abertas No Rio de Janeiro: a Francisco Bicalho, a Rodrigues Alves e a Avenida Central que, em 1912, passou a se chamar Avenida Rio Branco:

> A Avenida Central, por sua vez, constituiu o eixo de todo o elenco de melhoramentos urbanísticos, projetados com a intenção de transformar a velha, suja e pestilenta cidade colonial portuguesa numa metrópole moderna e cosmopolita, à semelhança dos grandes centros urbanos da Europa e dos Estados Unidos (BENCHIMOL, 1992, p. 227)

Até o término do mandato do presidente Rodrigues Alves, a cidade do Rio de Janeiro fora completamente transformada. O prefeito Pereira Passos, filho de fazendeiros, remodelou a cidade: o porto fora modernizado, as ruas estreitas deram lugar a ruas largas, grandes avenidas cortavam o centro da cidade, prédios foram demolidos e outros "modernos" construídos, o calçamento das ruas reformado, as praças foram arborizadas e essas renovações feitas em proveito do grande capital e do desfrute das classes dominantes tiveram um terrível "custo social" (CARVALHO, 1987).

Assim,

> ... Pereira Passos, na ânsia de fazer da cidade suja, pobre e caótica réplica tropical da Paris reformada por Haussmann, baixara várias posturas que também interferiam no cotidiano dos cariocas, particularmente no dos ambulantes e mendigos. (CARVALHO, 1987, p. 95)

Para que a capital fosse completamente "moderna", seus habitantes deveriam ser "civilizados". Após dar início às reformas da cidade o prefeito Pereira Passos, no início de 1903, coloca em vigor uma série de decretos[17] destinados a modificar os hábitos[18] da grande massa

[17] Os decretos promulgados pelo prefeito atingiram práticas do cotidiano popular e costumes profundamente arraigados. Uma perseguição implacável aos cultos religiosos africanos. Outras medidas tinham conotação higiênica como: a proibição de urinar fora dos mictórios ou a proibição de cuspir nas ruas. Para controlar a propagação da tuberculose o uso de escarradeiras tornou-se obrigatório nos estabelecimentos públicos.
[18] Os jornais da época chamavam os hábitos de "velhas usanças".

popular[19], como, por exemplo, a venda, pelas ruas, de vísceras de reses, expostas em tabuleiros, a ordenha de vacas leiteiras em vias públicas, a proibição de vendedores ambulantes de bilhetes de loteria, a proibição da mendicidade pública, os cães deveriam ser matriculados para poder saírem às ruas, as crianças foram proibidas de soltar pipas e balões, entre outras proibições.

Com a proibição, aqueles que insistissem com as "antigas usanças" eram multados, o que acarreta aumento da arrecadação municipal.

Sobre o conjunto de medidas adotadas por Pereira Passos, essas:

> ... atingiram frontalmente as condições de vida da grande massa popular não só a que residia e trabalhava no centro e em suas imediações, como a que habitava os subúrbios e zonas rurais da cidade. Alteraram ou pretenderam alterar práticas econômicas, formas de lazer e costumes, profundamente arraigados no tecido social e cultural do Rio de Janeiro. (BENCHIMOL, 1992, p. 277)

O processo de reurbanização da cidade significou, na realidade, o deslocamento da população pobre da região central para a periferia. A região central da cidade estava entregue, agora moderna e elegante, para o desfrute da elite.

À reurbanização da capital federal associaram-se as campanhas sanitárias, com a nomeação, em 23 de março, de Oswaldo Cruz, para o posto de Diretor Geral da Saúde Pública, o qual implantou um projeto sanitário radical.

[19] A "modificação dos hábitos" remete à cultura de massa; exterior e manipuladora da inteligência e sensibilidade. Benjamin (1984) aborda a cultura de massa através da perda de sensibilidade denominando-a, "segunda industrialização", a ser a industrialização do espírito.

Oswaldo Cruz desenvolve campanhas contra a peste bubônica, a febre amarela e varíola, que se alastravam com intensidade na capital.

Com uma conotação bastante autoritária, o saneamento conduzido por Oswaldo Cruz, não se preocupara em esclarecer a população sobre a necessidade da vacinação. Em novembro de 1904 foi aprovada uma lei que tornava obrigatória a vacinação. As casas[20] foram inspecionadas. A população saiu às ruas em protesto. O movimento ficou conhecido como "Revolta da Vacina". Aproveitando toda movimentação popular, grupos contrários ao presidente Rodrigues Alves engrossavam os protestos[21]. A população chegou a depredar bondes, órgãos públicos e estabelecimentos comerciais. As manifestações populares duraram uma semana e só recrudesceram quando da extinção da obrigatoriedade da vacina. Sobre a reação à obrigatoriedade da vacina, José Murilo de Carvalho faz as seguintes considerações:

> A explicação mais óbvia é, naturalmente, que o motivo da revolta foi a obrigatoriedade da vacina. Há evidência da grande irritação popular com a atuação do governo na área da saúde pública, de modo especial no que refere à vistoria e desinfecção das casas. (CARVALHO, 1987, p. 130)

A policia tentou intimidar os manifestantes e buscou acabar com tais formas de resistência cultural ao projeto moderno dominante[22].

---

[20] Perigos reais e imaginários cercavam a vacinação. O tom positivista e moralista emprestado à campanha, marcando a idéia de que a invasão do lar seria uma ofensa à honra do chefe de família que estaria ausente trabalhando e deixava suas filhas e mulher sozinhas em casa para serem "desnudadas por estranhos" acirra os conflitos. (Cf. CARVALHO, 1987)

[21] "Independentemente da intenção real de seus promotores, a revolta começou em nome da legítima defesa dos direitos civis. Despertou simpatia geral, permitindo a abertura de espaço momentâneo de livre e ampla manifestação política, não mais limitada à estrita luta contra a vacina. Desabrocharam, então, várias revoltas dentro da revolta." (CARVALHO, 1987, p. 138)

[22] E. P. Thompson descreve as concepções de resistência cultural, onde o ser social que imbricado à consciência social, através da luta de classe, cria uma resistência e,

Os bondes virados, o calçamento arrancado serviu de trincheira para os manifestantes e um "clima de guerra" estava instaurado. Resultado do confronto: centenas de mortos e feridos. O sentido da repressão ficou evidente: tratava-se de uma ofensiva para afastar os pobres da cidade. A cidade deveria estar completamente "limpa" e "higiênica" para que as classes dominantes pudessem usufruir daquele espaço central.

BENCHIMOL (1992) observa que a remodelação e o projeto sanitarista estão intimamente ligados à expansão do capitalismo:

> A política sanitária executada no transcurso da renovação urbana também respondia a necessidades da expansão da produção capitalista, com as peculiaridades históricas que teve na formação social brasileira. Tinha em mira remover obstáculos à acumulação do capital e à reprodução da força de trabalho que haviam aflorado no processo de reestruturação do espaço urbano e de substituição da escravidão pelo trabalho assalariado. (BENCHIMOL, 1992, p. 294)

As demandas do capitalismo tornaram o Rio de Janeiro em um paradigma urbano para as cidades que sonhavam em ser "modernas". Em Mococa, a oligarquia cafeeira, para garantir sua posição privilegiada, adota os mesmos princípios "cosmopolitas".

A degradação da habitação do proletariado urbano foi o ponto culminante que determinou a necessidade de regeneração urbanística e sanitária do Rio de Janeiro, cuja orientação determinou as novas relações sociais e espaciais capitalistas. No caso de Mococa, uma "remodelação urbana para dar mais franqueza ao tráfego" não cabia, uma vez que a cidade ainda estava iniciando o processo para se tornar "urbana". A adoção da concepção "haussmaniana" no traçado da

---

portanto, os trabalhadores não são apenas "produtos" do sistema fabril e sim, ativos, auto-construtores e produtores, também, de resistências. (THOMPSON, 1998)

malha urbana em Mococa é encarada como uma verdadeira "celebração da estética", que o modismo carioca lançara.

O processo de urbanização mocoquense é relativamente novo, iniciando-se quando a burguesia cafeeira local[23] deixa o espaço rural e molda o espaço urbano, ao construir seus casarões na área central da cidade.

Enquanto na capital, no período que se segue ao do término do trabalho escravo, pela presença intensa dos imigrantes e pelo fim do Império, o processo de remodelação foi drástico, marcado por um verdadeiro "bota-abaixo", na cidade de Mococa, elevada à categoria de cidade, apenas em 1875, é a partir de 1890 que surgiu uma arquitetura mais apurada e tecnicamente mais elaborada, com a chegada dos imigrantes e os seus conhecimentos técnicos.

Uma das formas de se organizar os centros urbanos era a sua valorização por meio das praças. Essa prática iniciou-se a partir do século XVII. Atividades como reuniões religiosas, festas cívicas, atividades de comércio e lazer eram concentradas nas praças. Modificações culturais relativas às praças do século XVII ao século XX, mas ela continuou caracterizada como "lugar de encontro" e no início do processo da formação urbanística da cidade de Mococa, a praça central é a obra principal da modernização urbana.

As significativas alterações do meio urbano mocoquense contribuíram para a privatização da esfera pública. Richard Sennett (1998) analisa as mudanças que ocorreram entre as esferas da vida pública e da vida privada e em que medida o esvaziamento de uma vida pública traz

---

[23] *"Em 1900 a produção alcançou a casa das 7.500 toneladas. Havia 125 propriedades que cultivavam o produto e, distribuídos entre elas, a farta quantidade de 8.475.000 pés de café"*. (PALADINI, 1995, apud SILVA, 2004, p. 63).

problemas ao homem moderno e contribui para mudanças significativas no meio urbano.

O plano urbanístico da cidade de Mococa foi criado por um dos fundadores da cidade: Venerando Ribeiro[24], que elaborou o traçado das duas primeiras praças da cidade e as ruas ao seu redor no ano de 1846[25]. O crescimento racional e sistemático, proposto inicialmente por ele definiu o traçado da malha urbana da cidade, cujo desenvolvimento é gerado pela riqueza proveniente do café. É no mandato do prefeito João Gomes Barreto, no período de 1902-1914, que diversas obras foram construídas:

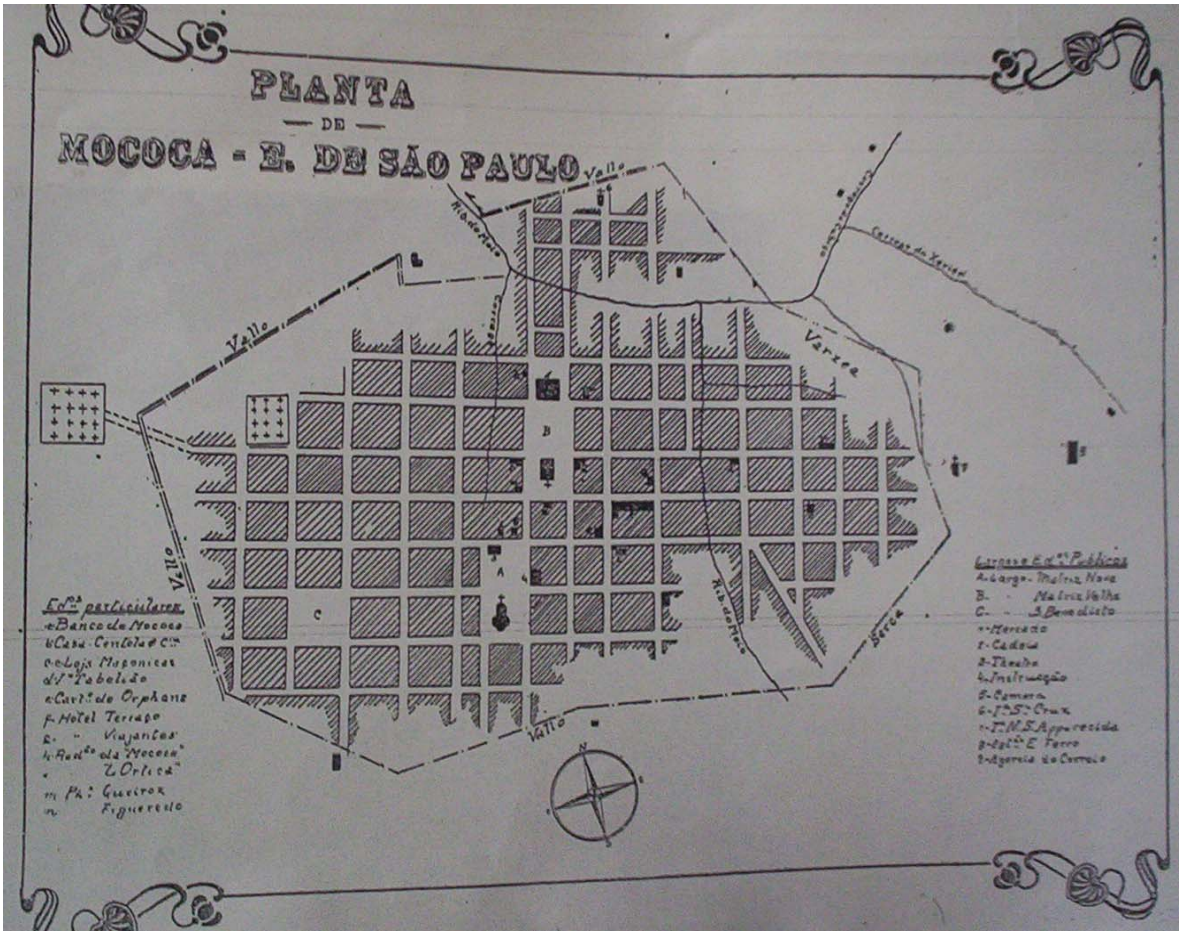
> ... construção de uma estrada de rodagem entre Mococa e Monte Santo; desapropriação da ponte sobre o Rio Canoas, na estrada que liga Mococa a Cajuru, que era de serventia particular; contrato de serviços de iluminação elétrica com a Companhia Luz e Força de Mococa, proporcionando esse privilégio à cidade (até então, servida por um deficiente sistema de iluminação a querosene); encampação da empresa de Água e Esgoto; construção do Matadouro Municipal; responsabilização pela administração do Mercado, que era explorado por particular; construção do novo prédio do Paço Municipal, em estilo neoclássico, (...) construção de cinco pontes melhorando consideravelmente (...) o sistema de circulação; desenvolvimento de um intenso e valioso serviço de reparos de ruas e praças, melhorando o aspecto urbanístico mocoquense. (PALADINI, 1995, pp. 73-74)

FIGURA 2 – Planta da Cidade de Mococa no início do século XX.

---

[24] Venerando Ribeiro da Silva era mineiro de Baependi. Em 1835, foi juiz de paz em Caconde, onde residia. Entusiasmado com a qualidade das terras da região de Mococa, em 1840, adquiriu a Fazenda da Prata, introduzindo a cultura do café na região. (Cf. PALADINI, p.61).

[25] Em torno desse núcleo se desenvolveu a povoação de São Sebastião da Boa Vista que, com o correr dos anos, transformou-se na cidade de Mococa. Segundo a tradição, o topônico Mococa apareceu em 1844, quando o capitão – mor Custódio José Dias – que fora até ali para caçar – empregou a frase: "Olhem aí para a mocoquinha". No tupi-guarani: **MU** – significa pequeno; **CO** – que quer dizer esteio; **OCA** – casa. Portanto referia-se as Casas de pequeno esteio do lugar.



Fonte: Mococa – Prefeitura Municipal Coordenadoria de Cultura – Museu Histórico e Pedagógico "Marquês de Três Rios".

Assim evoluiu a população de Mococa no período compreendido entre a reorganização do centro urbano e a consolidação do projeto modernizador:

Município de Mococa			
Ano	**População**	**Nascidos Vivos**	**Óbitos Gerais**
1900	13678	669	223
1910	—	686	336
1920	26157	772	336
1930	—	646	389
1940	26054	614	520
1950	30706	814	319

Fonte: www.seade.gov.Br/500anos/

Entre 1900 e 1920 há um crescimento populacional significativo, praticamente de 100%. De fato, a sociedade mocoquense transformou-se com o crescimento da população e, sobretudo, por meio das mudanças urbanas que se intensificaram na cidade na 1ª. década do século XX. Estas mudanças foram decisivas para a implantação do grupo escolar.

A ocupação sistemática da região central da cidade de Mococa inicia-se com o fluxo financeiro originado da venda do café. A Igreja da Matriz Nova começa a ser construída em 1896. É no início do século XX que o centro urbano da cidade começa a tomar a forma que tem atualmente. *"A nova Igreja deu mais expressão à praça, que se apresentava como uma área limpa de chão batido"*. (PALADINI, 1995 p. 82)

FIGURA 3 – Inauguração da Igreja Matriz (12 de maio de 1896)

Fonte: Arquivo pessoal Prof. Valdeli Nóbrega

Após a construção da Igreja Matriz Nova e com a força econômica do café, a região central passou por uma crescente urbanização:

> ... o conjunto arquitetônico da praça ganhou novos prédios públicos: a Câmara Municipal, construída em linhas neoclássicas (segundo projeto do "mestre de obra" italiano Andréa de Lucca) e o novo Fórum; em 1913, o Grupo Escolar "Barão de Monte Santo"; em 1925, o Cine Teatro Central – hoje transformado em Teatro Municipal. (PALADINI, 1995, p. 82)

Uma característica singular na construção do conjunto arquitetônico da Praça da Matriz (o nome oficial da praça é Marechal Deodoro), é que ao redor da praça desenvolveu-se um "centro aristocrático", marcado pelo requinte das construções das casas dos fazendeiros do café. Em outras cidades da região, também urbanizadas pelo dinheiro do café, ao redor da Igreja Matriz, desenvolveu-se a edificação de um centro comercial.

Na região central da cidade de Mococa o planejamento da "República dos fazendeiros" configurou-se como um projeto de exclusão espacial e afastou os pobres do centro. Algo inovador utilizado para a construção da moradia dos cafeicultores foi o uso de um recuo da calçada, ocupado por jardins, e os gradis que os afastavam do contato direto do movimento das ruas.

Os palacetes construídos na cidade evitavam a árdua jornada a cavalo, por estradas precárias, no percurso da fazenda até Mococa. As habitações retratam a prosperidade da economia cafeeira:

Figura 4

Vista, a partir da entrada Igreja Matriz, dos casarões

Figura 5

Construção de 1916 – propriedade de José Pereira Lima Netto

Figura 6

Fachada, com um terraço no piso superior, propriedade de Vera Ribeiro Lima Toledo

Os trabalhos desenvolvidos ao redor da Praça da Igreja Matriz eram marcados pelo estilo arquitetônico neoclássico[26] e por elementos de um ecletismo regional, cujas origens poderiam ser localizadas na vinda dos imigrantes à região. Os imigrantes italianos[27] que chegaram à cidade trouxeram elementos estilísticos e tecnológicos da arquitetura européia. Esses "mestres de obras" estrangeiros foram os responsáveis pelo projeto e a execução das principais obras arquitetônicas do centro da cidade, cujos parâmetros arquitetônicos podem ser vistos sob uma ótica

[26] Os edifícios inspiram-se no neoclássico que é a expressão arquitetônica de grandiosidade e padrão institucional para edifícios públicos. As oligarquias cafeeiras souberam colocar nas fachadas dos seus casarões as mesmas ordens arquitetônicas reservadas aos edifícios públicos, o que fez enriquecer sua potencialidade expressiva e simbólica. Neste caso, as exigências das oligarquias cafeeiras, que se mostraram decisivas para as novas edificações, o arquiteto deu uma única resposta: uma "homogeneidade" e continuidade de estilos, característica vista no início do século XX como um ideal neoclássico.

[27] O arquiteto italiano Gherardo Bazzani, a serviço dos fazendeiros do café, criou diversas edificações que marcaram a imagem central da cidade.

"homogeneizadora" contraditória à "ordem eclética", mas que, nesse tipo de estilo de época, é perfeitamente versossímil.

No processo modernizador da cidade é a iniciativa particular a mola propulsora do desenvolvimento dos empreendimentos de grande porte:

> ... em 1872, por subscrição popular, promovida por Gabriel Garcia de Figueiredo, foi construído o primeiro prédio para abrigar a Câmara e a Cadeia; em 1879, Gabriel Garcia de Figueiredo fazia construir às expensas próprias, um prédio destinado à primeira escola pública da Cidade, em 1892, aconteceu a inauguração do Hotel Terraço, por iniciativa de Carmo Taliberti; em 1894, a construção do Teatro São Sebastião; em 1896 a construção da Matriz Nova, em 1905 a inauguração da Companhia Luz e Força de Mococa em 1908 foi implantado o serviço de abastecimento de água e esgoto, em 1911 a Santa Casa de Misericórdia, em 1912 o Teatro Variedades. (PALADINI, 1995)

Para complementar a organização urbana do centro da cidade, os poderes públicos, municipal e estadual acabaram por definir os traçados urbanísticos dominantes da cidade, seguindo a referência carioca, com a construção, a partir de 1900, do novo prédio da Câmara Municipal, do Fórum e da Cadeia; no ano de 1912 é construído o prédio do Matadouro Municipal; em 1913, o novo prédio do Grupo Escolar "Barão de Monte Santo" e, em 1917, o novo cemitério (PALADINI, 1995).

A cidade de Mococa ganha traços de uma cidade cosmopolita, com ruas e avenidas largas, prédios públicos imponentes e as oligarquias cafeeiras acomodadas em seus casarões ao redor da Igreja Matriz. Faltava "civilizar" mais amplamente a população. Para atingir esse objetivo, dentre outras iniciativas, coube aos fazendeiros do café a edificação de uma estrutura escolar formal considerada a mais eficiente para tal fim.

1.3- O PROJETO REPUBLICANO PARA O ENSINO

Em nome do progresso, as oligarquias cafeeiras transformaram Mococa num centro cosmopolita inspirado no paradigma que se tornara o Rio de Janeiro. E o projeto modernizador republicano concentraria forças no ensino passando a defender a instrução primária como obrigatória, universal e gratuita. O período de 1890 a 1920, marca a instalação e construção de instrumentos políticos institucionais da República, sendo a Escola, o principal deles, um dos alvos privilegiados dessa atuação.

A passagem do Império para a República mobilizou grandes proprietários de terras, militares, políticos, intelectuais, dentre outros sujeitos, num imenso debate sobre a educação e a escolarização seria o motor da história para atingir a prosperidade econômica, "a civilização".

No nascimento da República, está fortemente presente uma idéia de progresso, de democracia liberal, de pensamento nacional sustentado pelo ideário positivista de educação, além de fundamentos românticos[28]. A proposta republicana que se definia como sendo para o povo

[28] Sobre o Romantismo: Designa-se com este nome o movimento filosófico, literário e artístico que começou nos últimos anos do séc. XVIII, floresceu nos primeiros anos do séc. XIX e constituiu a marca característica desse século (...) Finalmente, um dos aspectos fundamentais e mais evidentes do Romantismo é o *titanismo*. De fato, o culto e a exaltação do infinito têm como contrapartida negativa a inaceitabilidade do finito ou a impossibilidade de satisfazer-se com ele. Nessa inaceitabilidade (ou insatisfação) estão as raízes da atitude de rebeldia contra tudo o que parece ser ou é limite ou regra e do desafio incessante a tudo o que, por sua finitude, parece inferior ou inadequado ao infinito. Prometeu é adotado como símbolo desse titanismo, numa interpretação muito distante do espírito do antigo mito grego. Para este, Prometeu era o homem que transgredia a lei do destino para possibilitar a sobrevivência do gênero humano, sofrendo as conseqüências dessa transgressão. Para o Romantismo, porém, é símbolo do desafio e da rebeldia ao finito: atitudes cuja razão de ser não está naquilo a que se opõem, mas apenas no fato de que aquilo a que se opõem não é infinito. A atitude titânica não conduz à crítica das situações de fato e ao esforço de transformá-las, pois não julga que uma situação de fato seja ou possa ser superior ou preferível a outra; exaure-se num protesto universal e genético, e não pode empenhar-se em qualquer decisão concreta.

> ... o mais eficiente instrumento para a construção de um Estado republicano democrático. Acreditavam que um regime político que se definia como sendo do povo e para o povo necessitava de uma sólida organização escolar capaz de oferecer uma formação política, a mais completa possível, a todos os cidadãos. (REIS FILHO, 1995, 203)

A entrada da doutrina positivista no Brasil ganhou vários adeptos. Benjamin Constant (1836-1891), ao lado de seus contemporâneos Sílvio Romero, Clóvis Beviláqua, Teixeira Mendes, Miguel Lemos, Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa, Euclides da Cunha buscavam nos ideais comtianos elementos para formular o projeto republicano e com ele edificar o processo de modernização da sociedade brasileira, cabendo à escola desempenhar um papel fundamental. Na construção do processo pedagógico, o ideário positivista aparece como expressão das relações sociais construídas a partir da industrialização emergente nos países centrais, melhor dizendo, que contemplasse uma nova perspectiva sobre o trabalho (ao ritmo da modernização da produção), postulando os ideais burgueses tão importantes para os objetivos de uma industrialização emergente. Entre as preocupações positivistas, no processo de modernização das indústrias, a escola prepararia futuros operários modernos, mas que seguissem padrões disciplinares. Assim sendo, a preocupação fundamental para a filosofia positivista era indicar que durante a passagem pela escola os cuidados com o corpo, a higiene e a disciplina seriam componentes fundamentais.

O culto e a exaltação do infinito, o fato de não se contentar com menos que a infinidade, constituem características marcantes do espírito romântico. Como já foi dito, o próprio positivismo se enquadra nesse espírito. Ele estende o conceito de progresso a toda a história do mundo: na verdade, é esse o sentido de "evolução". Faz da história humana um progresso necessário e infalível. E faz da ciência, que é sua manifestação humana preferida, o infinito da verdade, elegendo-a como única diretriz dos homens em todos os campos (ABBAGNANO, 1999, pp. 860-862).

Os interesses das oligarquias cafeeiras eram colocados como os interesses da nação como um todo e foi o impacto do café que possibilitou ao Estado brasileiro encontrar condições para divulgação do ensino primário por todo o estado: para se ter uma idéia, cerca de 170 edifícios escolares foram construídos, em todo o estado de São Paulo, entre 1890 e 1920. A edificação dos estabelecimentos de ensino seguia o processo de interiorização do café e das ferrovias:

> Executados na capital e nas do interior que apresentavam um ritmo de crescimento mais acelerado, em função da cultura do café e da expansão do sistema ferroviário, os edifícios para grupos escolares e escolas normais constituem um marco de referência na paisagem urbana do início deste século. (CORREA, 1991, Introdução)

Entretanto, se o interesse em promover e incentivar a implantação do sistema educacional era um dos interesses das oligarquias cafeeiras, foi o poder público, como instrumento das classes dominantes, logo nos primeiros anos da República, o responsável pela disseminação da educação pelo estado de São Paulo:

> Reconheciam, nas condições reais do país, mal saído do regime monárquico, que quase nada havia feito em benefício da educação popular e que a ação do poder público na manutenção de ampla rede de escolas era insubstituível. Por mais que a iniciativa particular expandisse a sua rede escolar ela não poderia atingir, em quantidade e qualidade de ensino, as crescentes necessidades da população. Por outro lado, o ensino é sempre um serviço que exige grande dispêndio de recursos, a iniciativa particular só pode assumí-lo quando conta com uma clientela economicamente capaz de retribuir com taxas compensadoras. Ora, a grande maioria da população paulista na época, senão até hoje, não era apenas carente do ponto de vista educacional, mas também de recursos econômicos.
> Daí, os republicanos paulistas atribuem ao Estado a função de criar e manter escolas de todos os níveis.(...) Em contra partida, o novo regime atribui à escola a tarefa primordial de educação

> cívica, entendida como a compreensão fundamental dos deveres do cidadão. Isso verifica-se não só no plano de estudo da escola como um todo, mas também por meio do rol de disciplinas como: História do Brasil, Geografia do Brasil, Economia Política, Educação Cívica, que exerciam a função de ampliar o quadro de informações sócio-políticas necessárias ao exercício da cidadania.
> Verifica-se, então, uma consciência clara da estreita relação entre ensino e política. Já os considerandos do Decreto de 12 de março de 1890 afirmavam que a Instrução Pública bem dirigida é o mais forte e eficaz elemento do progresso e que cabia ao Governo o rigoroso dever de promover o seu desenvolvimento. No plano de Caetano de Campos e na legislação de 1892 e 1893 a formação do cidadão far-se-ia em escola de oito anos de duração – a Preliminar de quatro anos e a Complementar também de quatro anos. (REIS FILHO, 1995, pp. 203 e 204)

O entusiasmo pela educação logo após a transição do Império para a República ficou mais evidente nas duas primeiras décadas do século XX. A escolarização era vista como instrumento de progresso do país, daí o projeto republicano de multiplicação das instituições escolares. Para o projeto ser disseminado, uma ampla reforma do ensino público foi aprovada no ano de 1892, a "Lei de Reforma da Instrução Pública", Lei nº 88, de 8 de setembro de 1892[29], que deveria ser executada pelo secretário do Interior Cesário Mota Júnior. Sobre esta lei Casemiro dos Reis Filho sintetiza:

> A Reforma divide o ensino público do Estado de São Paulo em: ensino primário, ensino secundário e superior. O primário obrigatório até os doze anos, começa aos sete e compreende dois cursos: um preliminar e outro complementar. São criadas quatro escolas normais primárias e três ginásios para o ensino secundário, científico e literário. Anexo à Escola Normal da capital cria um curso superior com duração de dois anos e dividido em duas seções: uma científica e outra literária. Esse curso preparará

[29] A íntegra dessa Lei encontra-se em: REIS FILHO, C. *Índice Básico da legislação do ensino paulista: 1890-1945*. Campinas, SP: Graf/FE, Graf. Central/UNICAMP, 1998. A obra apresenta em ordem cronológica, os principais dispositivos legais que criaram, organizaram e regulamentaram as instituições de ensino em todos os seus níveis e tipos no estado de São Paulo.

> os professores para o ginásio e para as escolas normais primárias. Estas prepararão os professores das escolas preliminares e complementares. Instituiu-se o serviço de inspeção escolar e um conselho superior da instrução pública. O Estado fica dividido em trinta distritos escolares, cada um sob a responsabilidade de um inspetor de distrito. Em toda localidade onde houver de 20 a 40 alunos matriculáveis haverá uma escola preliminar. Se o número de alunos for maior haverá tantas escolas quantas sejam necessárias na proporção de 40 alunos para cada escola. Onde o número de alunos ou alunas matriculáveis for inferior a 20, será criada uma escola mista. Para as escolas com mais de 30 alunos, além do professor, haverá um adjunto, seu auxiliar. Em todas as escolas haverá uma seção especial denominada 'Seção das Caixas Escolares' destinada a recolher poupanças dos alunos para serem depositadas nas agências das Caixas Econômicas do Estado. É instituído o recenseamento escolar. A obrigatoriedade escolar fica garantida pelo sistema de multa aos pais e responsáveis por crianças que infringem as normas de freqüência obrigatória. (REIS FILHO, 1995, p. 101)

O sistema educacional republicano englobava diversas formas de organização e classificação, bastante complexo por sinal, nos seus diversos níveis: "*Escolas Isoladas, Escolas Reunidas, Escolas Ambulantes, Escolas Preliminares, Escolas Complementares, Escolas Modelo, Grupos Escolares, Escolas Normais, Escolas Profissionais foram algumas delas.*" (CORREA, 1991, Introdução) Parte integrante do processo de educação popular, os Grupos Escolares[30] expandem-se por todo o estado de São Paulo.

Sobre a construção destes, é importante registrar que

> ... foram criados para reunir em um só prédio de quatro a dez escolas, compreendidas no raio da obrigatoriedade escolar (2 km para o sexo masculino e 1km para o feminino, distantes da

[30] "*O grupo escolar, instituição nova e modelar, representou naquele momento confiança no futuro, projeção do porvir, a esperança da civilização. Não apenas os elementos da cultura escrita e científica que são mitificados, mas também a escola como lugar, sua arquitetura, suas finalidades, suas práticas, seus profissionais-missionários: tudo se tornava um lugar especial um templo sagrado, um lugar para ser respeitado e reverenciado. Para a escola convergiam os valores e os símbolos mais significativos para a boa parte da sociedade brasileira, a síntese mais lapidada compreendendo a ciência, a moral, os valores cívico-patrióticos, os progressos da nação*". (SOUZA, 1998, p. 276-277).

> escola). Essa reunião de escolas era feita a critério do Conselho Superior. Em cada Grupo Escolar existia um diretor e tantos professores quantas fossem as escolas (classes, como mais tarde serão chamadas) reunidas. Além desses funcionários existiam também os adjuntos, professores auxiliares, em número variável de acordo com as necessidades, a critério do diretor do Grupo Escolar.
>
> Os alunos eram distribuídos separadamente em classes, uma para cada sexo. Os grupos possuíam, assim duas classes para cada ano escolar: 1º, 2º, 3º e 4º anos do curso preliminar. (...) O "Grupo Escolar" foi a criação, do período de reforma, que melhor atendeu às necessidades do ensino primário. Sua organização decorreu da experiência da Escola-Modelo, criada por Caetano de Campos, e estava ajustada às novas condições urbanas de concentração da população. A teoria educacional da época, fundada na graduação do ensino, a partir do grau de desenvolvimento cultural do aluno, possibilitou melhor rendimento escolar. Embora tenha levado, também, a mais refinados mecanismos de seleção, criando padrões de exigência escolar para cada série do curso, determinando inúmeras e desnecessárias barreiras à continuidade do processo educativo. A conseqüência foi o acentuado aumento da repetência, nas primeiras séries do curso. Problema esse que, ainda hoje, o ensino público paulista não resolveu. (REIS FILHO, 1995, pp. 162 e 163).

Com o centro da cidade de Mococa urbanizado e com a cidade atingindo o "progresso", o Grupo Escolar "Barão de Monte Santo", é mais um elemento que celebra a ordem republicana na imagem da cidade. A formatação da paisagem urbana "prepara o terreno" para a chegada do grupo escolar. Com a construção de um espaço central moderno, que muito se assemelhava ao das grandes cidades, a edificação do grupo escolar com sua arquitetura monumental constituiria mais um elemento catalisador da modernidade.

1.4- A DIMENSÃO ESPACIAL DO GRUPO ESCOLAR "BARÃO DE MONTE SANTO" E A RELAÇÃO COM O SEU ENTORNO

A construção da escola na região central da cidade seguiu diversos critérios. A escolha do terreno, ao lado da Igreja Matriz, próximo à Praça, à Prefeitura, reforça a idéia de solidez e ostentação. A localização das escolas deveria seguir alguns princípios:

> ... em primeiro lugar, a higiene: um local elevado, seco, bem arejado e com sol constitui o ideal. O que se deve evitar são, pois, os lugares úmidos, sombrios e não arejados (terrenos pantanosos, ruas estreitas). Mas a higiene é tanto física quanto moral. A relação dos lugares de proximidade perniciosa constitui, por isso, todo um repertório onde se misturam moralidade e saúde: tabernas, cemitérios, hospitais, quartéis, depósitos de esterco, casas de espetáculo, cloacas, prisões, praças de touros, casa de jogos, bordéis etc. (FRAGO & ESCOLANO, 2001, p. 83)

A dimensão espacial da escola deve ser considerada em relação a outros espaços e lugares. O "edifício-monumento" ganha notoriedade, relacionado com o seu entorno. A proximidade com a praça e a Igreja Matriz corroboram com o pensamento higienista: a escola fica ao lado da sede do poder espiritual, da presença de "Deus na Terra". Essa relação propõe a "limpeza" completa, no sentido moral e espiritual, dos moradores da cidade. Ao redor da praça as instituições representativas do poder deveriam se fixar:

> Segundo a tradição do mundo ocidental, as praças são ocupadas por instituições representativas da autoridade espiritual, representada pelas igrejas e catedrais e, por vezes, seminários e conventos, e do poder temporal, representado pelo executivo, legislativo e judiciário. Poder temporal e autoridade espiritual disputam entre si a condução dos destinos dos habitantes da cidade. (MONARCHA, 2001, p. 107)

O caos (a "ordem" é um dos preceitos do positivismo) anterior à Proclamação da República deveria ser expurgado, o mal não pode se aproximar dessa relação que o centro da cidade propõe com a comunhão espiritual. Nesse momento histórico, o Brasil se prepara para entrar num período áureo, característico ao ideário romântico: "*a República era aí vista dentro de uma perspectiva mais ampla que postulava uma futura idade de ouro em que os seres humanos se realizariam plenamente no seio de uma humanidade mitificada.*" (CARVALHO, 1990, p. 09) A manipulação simbólica na construção do imaginário social faz-se presente até mesmo na escolha do nome da praça central, assim é escolhido o nome de Deodoro da Fonseca. A praça, um espaço público, é transformada em um local atraente para o vislumbre do poderio dos fazendeiros do café e de seus casarões.

As alterações ocorridas no espaço público mocoquense podem ser entendidas, através da análise efetuada por Richard Sennett (1998) ao descrever as mudanças que ocorreram a partir do século XVIII e que acabaram por implicar na percepção que as pessoas tinham de um domínio de vida pública e de um domínio privado. O advento do capitalismo industrial, o surgimento de uma nova forma de secularização e o modo como as formas urbanas coexistiram com esses dois fenômenos da modernidade são fatores que contribuem para a explicação do declínio da vida pública. A relação entre público e privado no Antigo Regime era uma relação que implicava no equilíbrio entre estes dois domínios. Existia uma esfera limitada de atuação nas duas esferas da vida e, de certo modo, o indivíduo se relacionava no mundo público de uma forma que permitiu o aparecimento das cidades modernas, uma forma que superava a diferença, a estranheza e a imprevisibilidade do mundo público. O efeito era o seguinte: as aparições na vida pública revelariam o que a pessoa

era, pois eram constituídas de sinais da própria personalidade. Cada atitude, ação, sensação levariam o seu interlocutor a perceber traços da sua personalidade, do seu eu, da sua intimidade. Sennett observa que era inevitável um desencaixe entre o mundo público e um domínio privado:

> é assim que surge uma das maiores e mais enriquecedoras contradições do século XIX: mesmo quando as pessoas queriam fugir, fechar-se num domínio privado, moralmente superior, temiam que classificar arbitrariamente sua experiência em, digamos, dimensões públicas e privadas poderia ser uma cegueira auto-infligida" (SENNETT, 1998, p. 37).

Na disposição do cenário público da região central, para completar, em 1906 foram construídos o jardim da praça e o coreto. A construção de um espaço agradável, limpo, sóbrio, com ar e luz, idealizado (romântico) pelos republicanos segue os pressupostos do romantismo e do positivismo acentuando o "efeito harmônico do conjunto": praça, Igreja, Prefeitura, Posto de Saúde.

A localização estratégica da praça garante a maior circulação de ar e maior exposição do prédio da escola à luz. Este espaço garante uma visão do conjunto realçando o efeito arquitetônico da obra. Tal como uma cena de teatro, a praça atrai o olhar do transeunte para reverenciar a imagem da Igreja, para em seguida apreender a imagem da escola. Fica assim, mantida, a relação proporcional requerida pela disposição cenográfica. "... *praça e edifício formam um conjunto urbanístico e arquitetônico grandioso destinado a impressionar a imaginação de seus contemporâneos*". (MONARCHA, 2001 p. 109)

FIGURA 7 – Praça, Igreja e Escola, hoje.

Fonte: www.mococa.hpg.ig.com.br/

FIGURA 8 – Praça, construção do Jardim e Igreja (1906).

Fonte: Arquivo pessoal Prof. Valdeli Nóbrega

As oligarquias locais edificam seu projeto com uma regularidade milimétrica. As ruas centrais são calçadas com paralelepípedo (outro elemento "moderno"). A praça moderna é rígida e

quadrada.[31] As ruas que desembocam na praça são completamente regulares e retilíneas: "*... para o homem moderno a reta deveria ser a única direção, aquela de quem sabe aonde quer chegar e não se deixa levar pelo acaso.*" (SITTE, 1993, p. 5) O contorno urbano republicano adquiriu um caráter epidêmico (ou contra-epidêmico para os sanitaristas!) que exigia a simetria das formas. No processo de construção da trama urbana, as relações estéticas são repletas de normas. Nessa produção cultural de símbolos, simetria é sinônimo de "moralidade".

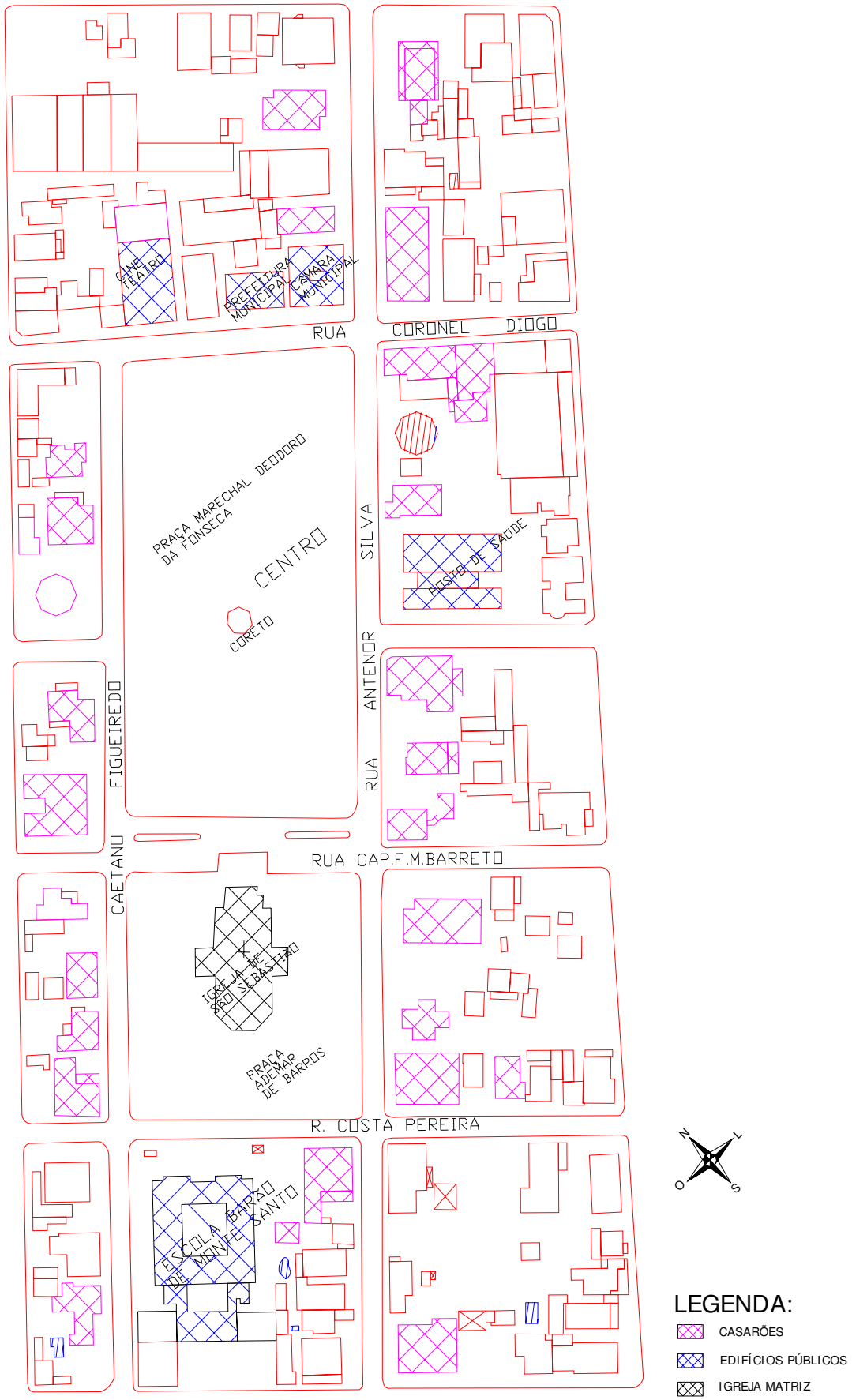
As estruturas que circundam a praça são "templos do poder". Além da Igreja, do Grupo Escolar, encontra-se a Prefeitura, a Câmara Municipal, o Posto de Saúde, o Teatro. Esse conjunto, orientado de forma rígida a partir de eixos geométricos, é uma evidência de que "*o espaço jamais é neutro: em vez disso, ele carrega, em sua configuração como território e lugar, signos, símbolos e vestígios da condição e das relações sociais de e entre aqueles que o habitam.*" (FRAGO & ESCOLANO, 2001, p. 64 — *o grifo é nosso*) A Instituição encontra-se aí representada: Deus com seu templo símbolo máximo – a Igreja; o Estado e seus símbolos, também máximos: A Pólis, o Homem e suas Artes – Poder Eterno (atemporal) e Poder dos Homens (temporal). De forma explícita a representação simbólica do poder está presente na região central da cidade. No primeiro prédio destinado ao ensino em Mococa, anterior à construção do edifício do "Barão de Monte Santo" funciona, hoje, o Centro de Saúde da cidade/S.U.S. Nota-se que o "poder" sob suas diferentes máscaras continua representado; seja num prédio ocupado por uma escola, ou por um estabelecimento de saúde, estabelecendo um diálogo "saudável" com o entorno da praça: a Instituição que cuida da mente e, no seu lugar primeiro, histórico, aquele que cuida do corpo. A configuração espacial dos centros urbanos com a praça circundada por vários edifícios públicos

[31] Ver capítulo 6 "Conjunto de praças" in: SITTE, Camilo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo, Ática, 1993.

remete "à *vida pública da Idade Média e da Renascença* onde ocorre *uma valorização intensa e prática das praças da cidade e uma harmonização entre elas e os edifícios públicos adjacentes.*" (SITTE, 1993, p. 30) Com a ressalva de que com o avanço da modernidade, tais praças adquirem "novos" sentidos.

Assim, por exemplo, na figura 7, pode-se apreciar a localização da E. E. Barão de Monte Santo. A planta avalia a relação entre lugares e o edifício, demonstrando o caráter dessa relação. Delimitada a localização, nota-se que os casarões dos fazendeiros do café estão situados ao redor da "Praça da Matriz"; a Praça "Marechal Deodoro da Fonseca", constituindo um centro monumental, com disposição cenográfica.

Figura 9 – Planta Central



CAPÍTULO II

O PAPEL DA ARQUITETURA NA EDUCAÇÃO REPUBLICANA: O GRUPO ESCOLAR "BARÃO DE MONTE SANTO"

"Fossemos infinitos
Tudo mudaria
Como somos finitos
Muito permanece"
Brecht

2.1 - CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR "BARÃO DE MONTE SANTO"

A construção dos grupos escolares em cidades do interior paulista seguia o projeto republicano de disseminação do ensino público por todo o estado. A cidade de Mococa, por sua vez, já possuía algumas características "modernas" para receber tal instituição de ensino.

Entre os intelectuais republicanos havia um debate entre políticos e educadores paulistas sobre um tipo de escola primária moderna, completamente oposta daquela existente no Império[32]: precária em professores qualificados, carente de edifícios, mobiliários e livros didáticos.

Segundo Bencostta:

[32] A escola pública brasileira, durante o Império, era a extensão da casa do professor, muitas funcionavam em cômodos adaptados, em paróquias, salas de comércio abafadas, com pouquíssimos recursos.

> ... a construção de edifícios específicos para os grupos escolares foi uma preocupação das administrações dos estados que tinha no urbano o espaço privilegiado para a sua edificação, em especial, nas capitais e cidades prósperas economicamente. Em regra geral, a localização dos edifícios escolares deveria funcionar como ponto de destaque na cena urbana, de modo que se tornasse visível, enquanto signo de um ideal republicano, uma gramática discursiva arquitetônica que enaltecia o novo regime.
> Uma vez que a organização dos grupos escolares estabelecia a reunião de várias escolas primárias de uma determinada área em um único prédio, a administração pública entendeu ser um benefício financeiro aos seus cofres o fato de não ter que arcar com os aluguéis das diversas casas que abrigavam as escolas isoladas. Portanto, foi necessário desenvolver projetos que organizassem o espaço escolar a fim de constituir atividades que se adequassem às novas metodologias de ensino propaladas pelo discurso de uma moderna pedagogia.
> A idéia que o ensino primário só poderia ser resolvido com o correr do tempo, através da proposta dos grupos escolares e a sua facilidade de fiscalização. (BENCOSTTA, 2005, p. 97)

O argumento mais forte da valorização do centro urbano mocoquense correspondia claramente às novas exigências do capital e às intensas atividades que ali poderiam se desenvolver. Mococa respirava as tendências prevalecentes da modernidade. Sobre os aspectos da modernização e a intenção de dotar a cidade de uma estrutura escolar formal, SILVA (2004) tece as seguintes considerações:

> *O aumento da população, o crescimento da área urbana, com o desenvolvimento do comércio (sustentado pela economia cafeeira) geraram demanda por uma estrutura escolar formal. Assim, no ano de 1900, a Câmara Municipal dotou, em seu orçamento, a verba de 50 mil réis mensais a todos os professores que viessem se estabelecer no município e, em 1901, o governo estadual cria a primeira escola pública no município, o Grupo Escolar "Barão de Monte Santo". Paralelamente às atividades desta escola, foram sendo criadas várias outras (particulares), entre os anos de 1903 e 1914. São elas: Escola Mista de Arturo Mancusi, Escola Vitório Emanuele, a Escola de João Bonilha, a Escola de Alberto de Melo, a Escola de Joana Trovo, a Escola de*

> *Hortência Brandão, a Escola do professor José Germano da Silva e o Colégio Rosa, do professor Rodolfo Garcia Rosa. Essas escolas e o Grupo Escolar "Barão de Monte Santo" atenderam o ensino de nível primário no município.* (SILVA, 2004, p.67)

Em Mococa, o ensino básico já era preocupação da oligarquia cafeeira, desde 1879, quando Gabriel Garcia de Figueiredo, o Barão de Monte Santo, construiu um prédio, próximo à Praça da Matriz, para abrigar o primeiro estabelecimento escolar do município. Este prédio foi doado ao governo do Estado e até 1901 as primeiras escolas isoladas do município foram ali reunidas. Neste mesmo ano, por decreto do presidente do Estado, Bernardino de Campos, é institucionalizado o Grupo Escolar de Mococa[33] que continuou a funcionar no prédio doado pelo Barão de Monte Santo.

No primeiro ano como Grupo Escolar de Mococa, a escola comportava três classes masculinas. Em 1902 ocorre o aumento de uma classe. Considerando o trabalho realizado por Gabriel Garcia de Figueiredo, o Barão de Monte Santo, decreto de 15 de outubro de 1906, concede novo nome ao Grupo Escolar de Mococa que passou a se chamar Grupo Escolar Barão de Monte Santo. Nesse ano a matrícula foi de 148 alunos.

Somente em 1910, este Grupo Escolar, passou a ter uma seção feminina. As aulas ocorriam no período da tarde, horário oposto ao período destinado às aulas masculinas. Essas foram as primeiras aulas que uma escola pública gratuita oferecia à população escolar feminina de Mococa.

Como o edifício construído em 1879 possuía pequena quantidade de salas e não comportava classes suficientes para que ambos os sexos estudassem num mesmo período, amadurecia a idéia da

[33] O decreto é do dia 1º de maio de 1901.

construção de novo prédio que seguisse as exigências de modernização. O jornal local noticiou e comentou as condições do antigo prédio, qualificando-o como "*anti-esthetico e anti-higyenico*". Assim, o Jornal A Mococa, em 29/09/1912, publica:

> *(...) a instrucção publica local continua a ser prejudicada pela falta de accomodações no velho edificio acanhadissimo, anti-esthetico e anti-higyenico, o qual, pela sua vetustez, ate ameaça ruina. Alem disso, pelas suas proporções aquelle edificio, não comporta o grande numero de crianças da cidade, das quaes uma parte consideravel fica excluida da matricula por falta de logar.(A MOCOCA, 29/09/1912, pg. 02)*

As aulas no antigo prédio seguiram até o dia 06 de novembro de 1912, quando o diretor, em virtude da falta de garantias que a estrutura física do prédio oferecia, suspendeu as aulas com a devida aprovação do governo do Estado. Um edifício seguro e moderno para uma nova escola, eis uma questão importante que os poderes públicos tiveram que enfrentar diante do compromisso republicano em criar escolas "que serviriam como uma das principais colunas de sustentação da civilização". O emprego dos recursos para a construção dos edifícios escolares contribuiu para o enaltecimento da República, uma estratégia de visibilidade, porém sem a preocupação necessária para democratizar a escola. De todo modo, a população mocoquense necessitava de uma nova estrutura física que comportasse os alunos. Seguindo as exigências de modernização arquitetônica do período, um novo prédio escolar é construído. A escola foi projetada em 1909 e foi edificada em 1911. Manuel Sabater foi o responsável pelo projeto da escola.

FIGURA 1 – Fachada do edifício

Fonte da foto: São Paulo (Estado). Inspetoria Geral do Ensino. *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo - 1908-1909*. São Paulo: Tip. Siqueira

Assim, para a construção do prédio escolar, a forma do estabelecimento carregada de uma simbologia estética atraente, que incutia nos alunos o apreço à educação racional e científica, valorizando a cultura produzida pelas **Luzes da República.**

O prédio fez parte de um conjunto de projetos para quatro escolas que viriam a ser construídas no interior do Estado de São Paulo. Trata-se de uma "escola-tipo", uma criação em série do modelo pedagógico-arquitetônico que os ideários liberal, romântico e positivista receitavam ao modelo republicano:

> Barão de Monte Santo, em Mococa, mais do que uma escola da Primeira República, projetada em 1909 e construída em 1911, trata-se de uma escola-tipo, de um modelo a ser reproduzido, de uma experiência de seriação. Sintetiza, portanto, os padrões pedagógicos, os modelos de ensino e convívio então formulados e os valores formais praticados. (FERREIRA, 1998, pg. 148)

Além dos prédios escolares, a utilização de projetos-tipo, era uma prática adotada na República para outros edifícios, como fóruns,

cadeias, prefeituras, enfim, todos os representantes do poder, uma vez que a uniformidade era marca dos republicanos.

Contribuiu para a construção do Grupo Escolar a doação do terreno pela Prefeitura. A escolha de uma área adequada para a construção do novo prédio passou a ser discutida entre as oligarquias locais. Pela localização e pelas suas dimensões um terreno situado na Praça Marechal Deodoro é escolhido. Sobre a escolha do terreno o Jornal "A Mococa", merece destacar que as opiniões científicas (técnicas) prevaleciam:

> *Em commissão do governo do Estado, está nesta cidade o* ***engenheiro*** *sr. dr. Lúcio Lourenço, que veio estudar o local onde deve ser construído o novo e confortável edifício do nosso grupo escholar "Barão de Monte Santo".*
>
> *O sr. dr. Lúcio opinou, entre os terrenos que visitou, pela escolha do de propriedade do sr. José Manoel da Silva Junior, que fica situado à praça Marechal Deodoro, junto à casa de residencia do sr. Capitão João Ferraz de Siqueira.*
>
> *Este terreno mede 49 metros de frente á praça, 80 metros em confronto com a rua da Liberdade e 82 metros de fundo para a rua Prudente de Moraes.*
>
> *Ao que ouvimos, a Camara offereceu ao proprietario, pela aquisição do terreno, a quantia de 3:500$000 reis.* (A MOCOCA, 11 de julho de 1909, pg. 01- Grifo do autor)

O novo projeto possuiria uma outra concepção arquitetônica e estilística. O novo edifício de aparência neoclássica (expressão arquitetônica do papel grandioso atribuído à escola e padrão institucional para edifícios públicos) expressa a filosofia da própria instituição. A escolha por um edifício neoclássico não é, apenas, uma questão de modismo. Tais características presentes no edifício – o Grupo Escolar Barão de Monte Santo – baseiam-se na "adoção" imitativa coerente de formas, predominantemente, as escolhas apriorísticas de caráter analógico que orientam o estilo quanto à finalidade a que se destinava o edifício,

reencontrando, através dos estilos arquitetônicos, características adequadas, no caso, para um edifício público, bem como do ecletismo regional característico.

A ordem arquitetônica reservada à fachada do edifício procurou a monumentalidade[34], ou seja, a oligarquia soube colocar na fachada as mesmas ordens arquitetônicas reservadas aos edifícios públicos, o que fez enriquecer sua potencialidade expressiva e simbólica. Assim, o arquiteto deu uma única resposta: "homogeneidade" e continuidade de estilos, característica vista no início do século como um ideal neoclássico. Neste sentido a finalidade estratégica da arquitetura é a da dominação do espaço, que por sua vez, é uma clara demonstração da dominação econômica, sócio-cultural das oligarquias cafeeiras. Não é por acaso, que as habitações dos senhores do café assumiam sempre o formato de sobrado com altas paredes forradas com ornamentos e aparelhadas com uma imagem de grandeza, assim sendo, a fachada do prédio deve expressar-se como um grande templo, no qual as pessoas deveriam buscar seu refúgio. Outro elemento comum às construções dos prédios foi a utilização da parte central da cidade, onde os transeuntes inevitavelmente se deparavam com os símbolos através de suas representações, a saber: a igreja, a escola, o lazer, os poderes públicos, fazendo do local um ponto de representatividade da ordem. O centro da cidade, construído ao redor da igreja Matriz, era também o local mais alto, podendo ser avistado à distância. Ficava impossível ao morador de Mococa, estando nas ruas, deixar de observar a presença da igreja católica junto aos demais "templos" complementares. Contribuindo com

[34] Burke (2004) descreve como manifestação do sublime na natureza, algo com que nos espanta, deixando os movimentos em suspensão com certa dose de terror. Jeudy (2005), a partir de John Ruskin estabelece que o sublime urbano seria o parasita do pitoresco urbano e este, o parasita do sublime. O sublime existe quando o pitoresco aparece e se faz perceber como um acidente, um erro. A estranheza do pitoresco joga com a monumentalidade do sublime, fazendo existir a soberania a partir de seus signos acidentais. Um não nega o outro.

essa paisagem estavam os casarões, pertencentes aos proprietários de terra que transferiam suas residências da área rural para a urbana, definindo e estabelecendo, assim, parte da estrutura de poder na urbe.

A concepção arquitetônica do prédio escolar tinha o propósito de torná-lo um "instrumento realmente eficaz de educação". O edifício majestoso, dourado, com a inscrição 1911 e, ainda, na fachada, em letras salientes, a inscrição "Grupo Escolar Barão de Monte Santo", comportava uma preocupação higiênica, fator determinante para o programa arquitetônico do grupo escolar. Os dispositivos do Código Sanitário de 1894 normatizam localização e disposição das janelas, do local destinado aos exercícios de ginástica e dos sanitários, que seriam instalados fora do corpo principal da edificação. Outra característica presente no programa arquitetônico do Grupo Escolar Barão de Monte Santo é a sua disposição espacial, ordenando tudo e todos que ali se encontram. As estruturas construtivas remetem aos moldes higiênicos e fazem claras referências à racionalidade de Jeremy Bentham e ao princípio *panóptico*.

2.2 – AS IDÉIAS DE JEREMY BENTHAM

O filósofo e jurista inglês Jeremy Bentham (1748-1832) é o fundador da escola utilitarista, que defendia a obtenção do bem estar do indivíduo pela organização pragmática da sociedade:

> O ponto de partida do utilitarismo de Bentham encontra-se nos seus estudos sobre a ciência do direito, especialmente a teoria do direito natural. (...) O cidadão, segundo Bentham, deveria obedecer ao estado na medida em que a obediência contribui

> mais para a felicidade geral do que a desobediência. A felicidade geral, ou interesse da comunidade em geral, deve ser entendida como o resultado de um cálculo hedonístico, isto é, a soma dos prazeres e dores dos indivíduos. Assim, Bentham substitui a teoria do direito natural pela teoria da utilidade, afirmando que o principal significado dessa transformação está na passagem de um mundo de ficções para um mundo de fatos. (BENTHAM, J. & MILL, J., 1979, p. VIII)

Além de analisar teoricamente as idéias sobre o homem como ser moral e social, Bentham trabalhou em possíveis aplicações dos seus estudos à reforma do sistema jurídico de acordo com os princípios humanos, codificando as leis para que estas pudessem ser compreendidas por qualquer pessoa em qualquer país a qualquer tempo. Na tentativa de aperfeiçoar o sistema penitenciário, o pensamento de Bentham orientava-se na seguinte direção:

> A natureza colocou o gênero humano sob o domínio de dois senhores soberanos: a dor e o prazer. Somente a eles compete apontar o que devemos fazer, bem como determinar o que na realidade faremos. Ao trono desses dois senhores está vinculada, por uma parte, a norma que distingue o que é reto do que é errado, e, por outra, a cadeia de causas e efeitos. (...) O princípio da utilidade reconhece esta sujeição e a coloca como fundamento desse sistema, cujo objetivo consiste em construir o edifício da felicidade através da razão e da lei. Os sistemas que tentam questionar este princípio são meras palavras e não uma atividade razoável, capricho e não razão, obscuridade e não luz.(BENTHAM, J. & MILL, J., 1979, p. 3)

Este é o princípio da utilidade para Bentham. De um lado a dor do outro o prazer e, para os homens continuarem "retos", estes devem estar sujeitos à razão e à lei. Com estes princípios Bentham se apropriou das idéias de seu irmão Samuel Bentham e elaborou sua casa de inspeção *panóptica*.

A obra de Michel Foucault, *Vigiar e Punir – o nascimento da prisão,* além de introduzir alguns conceitos que desafiaram as convicções tradicionais sobre prisões, segurança, modelos de poder, tornou conhecido o diagrama geral desses poderes sob a forma do *panóptico*. Foucault reflete sobre a relação entre disciplina e sistema carcerário, chegando ao que chamou de "microfísica do poder"; relação de poderes que fazem parte do corpo, os poderes sobre os corpos, sobre as atitudes e a forma física, a organização do tempo, do espaço (*panóptico*), os aparelhos que "complementam" o corpo. permitindo-o executar atividades ou trabalhos que resultem em uma economia, em uma otimização. Foucault retoma ao final do século XVIII e ao início do século XIX para demonstrar outros métodos de punição, "mais racionais" que estavam surgindo. Os corpos esquartejados, amputados, o sofrimento explícito de uns para o deleite de outros vão desaparecendo. A punição deixava de ser uma festa melancólica exposta ao público para ser uma exposição racional "exposta" ao poder institucional. O que surgia diante da prisão era o ato de não punir; o essencial era procurar corrigir, reeducar e "curar". A punição física não seria mais o elemento constituinte da pena, mas a exclusão sim. Os rituais de punição modernos procuraram tirar o espetáculo da dor, anulando o sofrimento dos condenados. A guilhotina (utilizada a partir de 1792) nascia como a mecânica adequada, a morte era rápida, instantânea, indolor, mas, ainda, oferecendo um espetáculo! Até então as penas implicadas repousavam no sofrimento. O suplício correlacionava o tipo de ferimento físico com a gravidade do crime. As execuções públicas eram apresentadas como uma manifestação de força a uma obra de justiça. É no entanto a justiça como força física material e temível do soberano que era exibida. O ato cerimonial do suplício enfocava a relação de força que dava poderà lei.

A partir do século XIX, o trabalho escravo como pena foi substituído pela detenção com fins corretivos, já que a indústria, nesta época, estava em vias de desenvolvimento. O castigo corporal não era mais o objeto da penalização e sim a alma.

As novas formas de acumulação de capital, maneira através da qual fazia crescer a riqueza de uma burguesia emergente, eram acompanhadas pelo surgimento de quadrilhas que se especializavam no roubo. Havia a necessidade de punir com estratégias e técnicas que utilizassem menos despesas e que restaurassem a punição criando técnicas e princípios que pudessem aumentar em eficácia e multiplicar seus circuitos. O poder de punir deveria ser tratado com a aplicação das leis. "O jogo dos sinais" desejava diminuir a atração pelo crime, tornando a pena temível, fazendo da sua representação algo que não motivasse o ato de cometer os crimes. O criminoso deveria sentir o que era perder a livre disposição de seus bens, de seu tempo e de seu corpo, para, por sua vez, respeitá-lo nos outros. A transformação que se observa é a passagem da pena punitiva suplicada para a pena lucrativa, de maneira "simbólica" de menos valia para o punido, que faz o condenado ocupar-se de algo como trabalho, em geral remunerado. Os castigos deveriam ser vistos como uma retribuição que o culpado fazia a cada um de seus concidadãos pelo crime que os havia lesado. Os corpos dos condenados passavam a ser um bem social, objeto de uma apropriação coletiva e utilitária.

O que era objetivado nas técnicas de punição era tentar moldar um sujeito obediente, que seguisse regras, ordens, sob a autoridade que exercesse um controle contínuo sobre ele e em torno dele e que viesse a funcionar automaticamente sobre ele. O corpo é o objetivo e o alvo do poder. O corpo transforma-se na mecânica do poder operando com técnicas, rapidez e eficácia.

A correta disciplina seria como uma arte do bom adestramento. O sucesso do poder disciplinar seguia instrumentos como: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame. Nascia, portanto, a arquitetura do poder, um lugar que agiria sobre o indivíduo dominando o seu comportamento.

Vigiar tomava uma função definida nas fábricas, escolas, prisões onde os vigiados deviam estar sob um olhar recíproco e hierárquico. Na essência de todos os sistemas disciplinares funcionava um pequeno mecanismo penal. Nas instituições funcionava uma micropenalidade do tempo com caráter repressor.

O *Panóptico* funcionaria como um laboratório do poder. Com seus mecanismos de observação, ganharia eficácia e capacidade de penetração no comportamento dos homens., disciplinando os corpos e tornando os indivíduos "dóceis e úteis".

Existem inúmeros estudos sobre os verdadeiros propósitos das idéias de Bentham; de uma sociedade disciplinar que traz o *panóptico* como o símbolo dessa nova era. Alguns estudos apontam que sua preocupação para a construção de uma sociedade racional e utilitária era de caráter humanitário: a construção de uma sociedade que trouxesse melhor sorte para os pobres. Mas a visão mais conhecida é a de Foucault, que associa o *Panóptico* a uma "invenção diabólica".

> O cálculo dos prazeres comenta um enunciado único: o homem é submisso, ele é governável; ele é por natureza desnaturável pela sensibilidade; basta, para conduzi-lo, segurar as alavancas que ativam suas molas; procurando o prazer, fugindo da dor, ele é uma máquina elementar, entregue pela Natureza ao poder dos distribuidores da felicidade. (BENTHAM, J., MILLER, J. A., PERROT, M., WERRET, 2000, p. 99)

Bentham apropriou-se do sistema penitenciário, que estava em plena reestruturação, para fazer a experimentação do *panóptico*.

2.3 - O PRINCÍPIO *PANÓPTICO*

Na arquitetura *panóptica* a visibilidade passa a ser uma armadilha. O *panóptico* é um imenso olho do poder que possibilita "ver sem ser visto". Ele introduz no observado a impressão de estar sempre sendo vigiado, o que assegura o funcionamento imediato do poder; a onipresença garante o funcionamento automático da inspeção.

O *panóptico* eliminou a forma das antigas casas de segurança com a sua arquitetura fortaleza, com grandes portas, correntes, grades e fechaduras. O *panóptico* é marcado por uma geometria simples:

> Na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre, esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. (FOUCAULT. M, 1987, p. 177)

O modelo arquitetônico *panóptico* pode ser aplicado em prisões, indústrias, hospícios, hospitais e escolas. Bentham queria tornar universal a aplicação desse seu modelo de inspeção.

> O *panóptico* não é uma prisão. É um princípio geral de construção, o dispositivo polivalente da vigilância, a máquina óptica universal das concentrações humanas. (...) Com apenas algumas adaptações de detalhe, a configuração *panóptica* servirá tanto para prisões quanto para escolas, para as usinas e os

> asilos, para os hospitais e as workhouses. (...) do ponto central, o espaço fechado é visível de parte a parte, sem esconderijos, a transparência é perfeita. (...) sobre a circunferências das celas tudo se inverte: impossível olhar para fora, impossível se comunicar com o ponto vizinho, impossível distinguir o ponto central. (BENTHAM, J., MILLER, J. A., PERROT, M., WERRET, S. 2000, p. 77/78)

O dispositivo garante uma economia de pessoal já que apenas um inspetor pode fazer a vigilância. Ele retira do observado até a vontade de desejar e praticar o mal. É a imitação de Deus e o utilitarista detentor deste poder torna-se onisciente, onipresente e onipotente, logo, é a perfeição que está na origem do pensamento de Bentham. A penumbra dos calabouços, dos lugares fechados da detenção medieval servia de proteção aos espíritos perturbados dos condenados. A plena luz o olhar capta todos os movimentos. O *panóptico* é uma jaula transparente, uma utopia do encarceramento perfeito.

2.4 - A FUNÇÃO CURRICULAR DO NOVO EDIFÍCIO ESCOLA

O novo edifício construído para abrigar o Grupo Escolar Barão de Monte Santo tem as seguintes proporções: 36 metros de frente sobre 38 metros de fundo. A sua área total, com os recreios, mede 48 metros por 80 metros.

Quando do início do ano letivo de 1913 o ginásio ainda estava em construção e suas dimensões seriam de 33 metros de comprimento por 11 metros de largura.

No centro do edifício há uma área quadrangular, toda cimentada, com a finalidade de servir como área de recreio dos alunos,

que para ela desciam por duas escadas de pedra e cimento de pequeno declive.

O prédio tem a forma retangular, com uma área central livre, para ventilação. Nessa área central, utilizada inicialmente para o recreio, eram cultivados arbustos e flores em tinas.

O projeto original possuía dez salas de aula, de 25 metros quadrados, uma sala de espera, gabinete da diretoria, portaria e duas salas para professores. Todas as salas são servidas de amplos corredores em mosaico. Compõem o projeto original: portaria, arquivo, depósito de material didático e biblioteca, e ainda uma pequena farmácia. Nos corredores internos há bancos de jardim para descanso dos alunos nas horas de recreio. A frente do edifício é cercada de um gradil, com dois portões. O edifício custou ao Estado mais de duzentos contos de réis

No seu primeiro ano de funcionamento o estabelecimento comportava 16 classes, oito para cada sexo, com uma matricula total de 640 alunos: 310 do sexo masculino, e 330 do feminino.

As aulas são divididas em duas "secções": a masculina, das 8 horas da manhã até ao meio dia, e a feminina, que começava ao meio dia e terminava às quatro e meia da tarde.

A dimensão espacial do edifício escola constitui, em si própria, uma função curricular como parte do programa educativo, isto é, a estrutura arquitetônica do Grupo Escolar e sua força semântica têm um claro propósito vinculado às intenções educadoras:

> *Em resumo, a arquitetura escolar pode ser vista como um programa educador, ou seja, como um elemento do currículo invisível ou silencioso, ainda que ela seja, por si mesma, bem explícita ou manifesta. A localização da escola e suas relações com a ordem urbana das populações, o traçado arquitetônico do edifício, seus elementos simbólicos próprios ou incorporados e a decoração exterior e interior respondem a padrões culturais e*

pedagógicos que a criança internaliza e aprende. (FRAGO E ESCOLANO, 2001, pg. 45)

Tendo como referência a foto da fachada do "Barão de Monte Santo" e suas dimensões (figura 2), pode-se afirmar que se trata de um exemplo de programa arquitetônico escolar projetado de forma monumental[35].

Figura 2

Fachada atual do edifício

O programa educador dos grupos escolares era composto basicamente das salas de aula e de um reduzido número de ambientes administrativos. A simetria da planta era característica marcante nas edificações escolares; tal simetria era exigência do regimento dos grupos escolares, já que as seções masculina e feminina deveriam ser rigidamente

[35]Cf. Souza (1998) (...) o grupo escolar seria o templo da instrução! A metáfora é rica em imagens e manifesta todo simbolismo que obteve essa instituição nos seus primeiros tempos de existência. A imagem do templo é a própria sacralização da escola. O templo simboliza o *centro do mundo* (...) é o espaço onde pode ter lugar a manifestação do sagrado, o espaço da transcendência e da diferenciação do espaço profano. Destronados os deuses, o homem moderno erige outras formas místicas - a Razão, a Ciência, o Progresso -, pelas quais se reencontra com o sagrado. Entende-se, dessa forma, porque a imagem da escola como templo da instrução, o templo de luz, foi tão utilizada. Tal evocação manifesta o poder quase mágico atribuído à educação, fonte de transformação das pessoas e da sociedade. (SOUZA, 1998, p.276)

separadas. Apesar da discriminação dos espaços masculino e feminino, desde as salas aos pátios de convívio, a direção do Grupo Escolar Barão de Monte Santo optou pela separação do período das aulas.

Para a efetivação do controle em sala de aula,

> parece claro o predomínio geral do retilíneo sobre o redondo ou curvilíneo, assim como dos retângulos e quadrados sobre os círculos, espirais ou elipses. Uma primeira razão para isso, também óbvia, é que tais disposições, as adotadas, favorecem a visibilidade e, portanto, o controle e a vigilância. São mais lineares, mais ordenadas ou claras. (FRAGO & ESCOLANO, 2001, p. 107)

O modelo arquitetônico adotado pelo prédio condizia com os propósitos elaborados pela administração. Um modelo de forma espacial quadrilátera onde galerias, salas de aula e pátio ficassem dispostos de tal forma, que pudessem garantir o controle dos mínimos movimentos de seus ocupantes. Modelo de arquitetura *panóptica,* cuja vantagem essencial estaria na faculdade de ver, com o olhar, tudo o que se passa. No processo de criação do edifício a distribuição e uso dos espaços-lugares refletem além da importância, a concepção que se tem sobre a natureza, o papel e as tarefas destinadas para à função:

> Essa modalidade de escola primária, implicou uma nova concepção arquitetônica. Pela primeira vez, surge a escola como lugar, a exigência do edifício-escola como um aspecto imprescindível para o seu funcionamento, dotada de uma identidade. A especialização dos espaços ocorreu de acordo com as finalidades do ensino, com as necessidades da completa separação entre os sexos e com as exigências da pedagogia moderna: classes, bibliotecas, museus, laboratórios, oficinas, ginásios, pátios para recreio, auditórios (SOUZA, 1998, p. 16)

O traçado arquitetônico do prédio é a materialização de um discurso e de uma linguagem que transmite hierarquias, valores e

representações – uns mais evidentes outros menos evidentes. Essa funcionalidade escolar é explicada por Rosa F. Souza:

> Uma certa especialização do uso do espaço corresponde às relações de hierarquia e poder. A especialização dos espaços define exclusões, pertinências, marginalidades. Assim, a sala de aula é território de alunos e professores de determinado ano e seção; a sala de professores é território docente, o gabinete da diretoria é o território da autoridade. (ibidem p. 142)

A planta (figura 3), retirada da obra *Arquitetura escolar paulista: restauro*, diferente da fotografia da fachada, é uma fonte a partir da qual se pode examinar a estrutura de uma obra arquitetônica. Uma primeira visão do espaço ocupado pelo Grupo Escolar é de que se trata de um prédio totalmente voltado para o seu interior.

Estabelecido numa forma fechada, dura, voltada para si da arquitetura panóptica com seu centro de convergência (pátio), circulações abertas e acessos hierarquizados:

> Por detrás dos muros, do portão, das paredes e jardins, a disposição e a distribuição do espaço escolar refletem um projeto cultural. Esse projeto, com vistas a civilizar e moralizar as crianças e, por extensão, suas famílias, configurou-se no enquadrinhamentos de cada sala e cada canto do edifício escolar. No interior do edifício-escola configura-se uma gramática espacial na qual a distribuição do espaço corresponde aos usos e às funções diferenciadas, à fragmentação e às especializações de atividades, à disposição de objetos, ao deslocamento e encontro dos corpos, enfim, a toda uma geometria de inclusão e exclusão. A sala de aula é a especificação básica: uma para cada ano do curso preliminar de cada seção. A cada sala corresponde um grupo de alunos de mesmo grau de adiantamento e um professor, às vezes, um auxiliar. Espaço fixo, a sala de aula estabelece a correspondência sala-classe, base da escola graduada. (ibidem p. 138)

Todos esses aspectos criam um "jogo combinatório" com o propósito de tornar o grupo escolar atraente - uma outra interpretação a

respeito do "Barão de Monte Santo". "*Os poderes públicos investiram para que ele fosse alegre e empolgante, desde a contratação de seus professores até a aquisição de moderno mobiliário, quadros, mostradores e sua imagem arquitetônica não deveria ser uma exceção*".(BENCOSTTA, 2005)

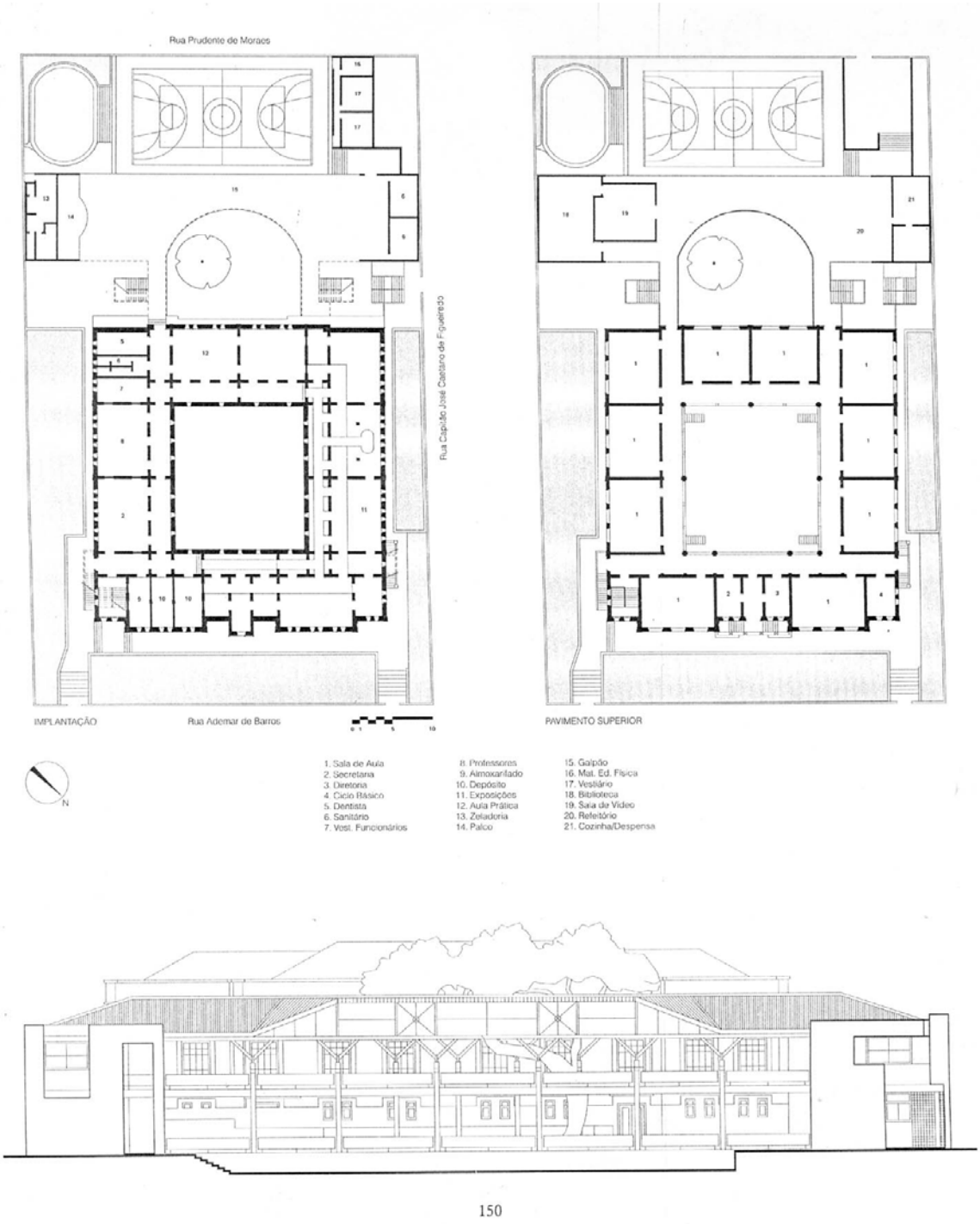
A proposta teórico-pedagógica da planta privilegia a localização da sala do diretor, como o centro de onde irradia a **ordem**. Essa alegoria deixa evidente que é a partir da sala do diretor que se "organiza a atividade escolar". Nas palavras de Frago para esse tipo de disposição espacial:

> Uma unidade que se materializa no diretor, cujo gabinete se situava no espaço central ou de comunicação entre as quatro salas de aula do modelo que ele propunha. Tal unidade era conseqüência dos primeiros "princípios característicos do panóptico", tal como haviam sido descritos por Bentham para os cárceres: a "presença universal e constante do governador do estabelecimento" e "a convicção" de todos os seus membros de que "vivem e trabalham incessantemente sob a inspeção perfeita de um homem interessado em toda a sua conduta. (FRAGO & ESCOLANO, 2001, p.108)

A localização da sala dos professores vai além do significado utilitário e sua relação com as funções de vigilância; as atividades docentes estavam sob o controle imediato e direto do diretor, possuindo ainda, uma relação estreita com as representações sobre as relações de poder que dali se irradia.

Figura 3

Planta atual do prédio: In: FERREIRA, A.; CORRÊA, M. E. & MELLO, M. G. *Arquitetura escolar paulista: restauro*. São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), 1998, pg. 150.



Na distribuição e uso dos espaços a concepção da arquitetura escolar materializou-se numa forma de linguagem não-verbal que além de transmitir hierarquia, valores, tem a função de ordenar para melhor ver.

Figura 4

Corredor

Figura 5

Pátio interno

CAPÍTULO III

A "EDIFICAÇÃO" DE CIDADÃOS PARA A REPÚBLICA: IMPRENSA MOCOQUENSE, EDUCAÇÃO E PROJETO REPUBLICANO

"As idéias dominantes numa época nunca passaram das idéias da classe dominante"
Karl Marx

O advento da República brasileira fez aflorar o desejo de europeização e de modernização e, ainda, uma atmosfera cosmopolita que negava os modos de vida provincianos e as formas de sociabilidade do período escravista. Ainda, como pilar da cultura republicana a "edificação" de um "novo homem", verdadeiro cidadão pronto para expressar o ideário sociopolítico da República.

Um projeto cultural operacionalizado pela escola incluía o discurso republicano que, aplicado conjuntamente a um projeto de controle da ordem social, elegeu os grupos escolares como responsáveis pela formação intelectual e moral do povo, tornando-os agentes principais dessa dominação.

Fazia parte do programa republicano a valorização da educação moral e cívica, os princípios científicos e o preparo para novas relações de trabalho que se estruturavam. Esses preceitos norteadores atuavam *"no nível do imaginário, dos sonhos, das aspirações, das esperanças e do inconsciente. Assim, na escola, a Proclamação da República, a exaltação a Tiradentes, as datas históricas, a bandeira, o hino, os símbolos nacionais eram ensinados de acordo com a versão oficial"* (SOUZA, 1998, p. 267)

Segundo CHARTIER (1990), as representações são práticas culturais, isto é, elas são estratégias de pensar a realidade e construí-la. As percepções do social *"não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (...) que tendem a impor uma autoridade à custa de outras, por elas menosprezadas, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas"* (CHARTIER, 1990, p. 17).

O discurso republicano manifesta-se das mais diversas formas e os grupos escolares expressam esse discurso:

> De fato, ela passou a celebrar a liturgia política da República; além de divulgar a ação republicana, corporificou os símbolos, os valores e a pedagogia moral e cívica que lhe era própria. Festas, exposições escolares, desfiles dos batalhões infantis, exames e comemorações cívicas constituíram momentos especiais na vida da escola pelos quais ela ganhava ainda maior visibilidade social e reforçava sentidos culturais compartilhados eles podem ser vistos como práticas simbólicas que, no universo escolar, tornaram-se uma expressão do imaginário sociopolítico da República. (SOUZA, 1998, p. 241)

Nas diretrizes do projeto republicano brasileiro, que o município de Mococa bem expressou, as imagens jornalísticas são capazes de revelar as características principais, uma vez que o jornal local, ao dialogar com os cidadãos, portava-se como importante veículo nas discussões

acerca deste projeto, caracterizada pelas investidas no sentido de proporcionar a integração social e política de seus "recém-nascidos" cidadãos.

Fica evidente que a voz do jornal é portadora do discurso da ordem e da moralização pública, dentro do padrão social dominante, (travestidas de democratização), da "renovação", sendo também expressão instituinte do social, características imprescindíveis para a construção do imaginário republicano de progresso e "reforma social" e que estavam fortemente presentes no conjunto dos escritos veiculados pelo jornal.

3.1– A LITURGIA CÍVICA

Com o novo regime, símbolos nacionais como a bandeira, o hino, além de autoridades políticas, são cultuadas e reverenciadas. As datas cívicas passam a ser uma atividade escolar:

> O culto às datas cívicas fazia parte dos dispositivos regimentares, segundo os quais na véspera dos dias de festa nacional, cada professor fazia no último quarto de hora preleção a respeito da data que iria comemorar. Ao fazer das datas cívicas uma atividade escolar, o Estado fez da escola um instrumento de lembrança e de memória histórica. (SOUZA, 1998, p. 265)

O civismo republicano se faz presente no grupo escolar com a exaltação da imagem de Tiradentes e a necessidade da comemoração das "datas pátrias", principal virtude das nações civilizadas, como apresenta a passagem do Jornal "A Mococa", sob o título de "Festa Escolar":

> Como já estão informados os leitores, o director e os professores do "Grupo Escolar Barão de Monte Santo", vão commemorar solemnemente o 13 de maio. Merece louvores isso.
> **Somos um povo que muito pouco se preocupa com as mais caras datas de sua patria. Olhamol-as no geral sem o menor enthusiasmo; não as festejamos com fervor e orgulho**.
> Muitos, muitissimos deixaram pelo descaso com que encaram as ephemerides mais notáveis de nossa nacionalidade, que se lhes escapassem logo da memoria os incidentes mais importantes e decisivos occoridos nesses dias e dos quaes dependeram ou a nossa almejadissima emancipação politica ou a nossa entrada no gremio das **nações civilisadas** da terra.
> Ha individiuos que se blazónam de sabedores da bella historia politica, do Brazil, porem que ignoram até como e por quem foi constituído o ministério do governo provisório da República.
> (...) **E os inolvidaveis inconfidentes mineiros, salientando-se dentre todos essa figura bizarra e augusta de Tiradentes, receberam alli uma homenagem magnifica.**
> Assim, portanto, perseverem nesse intento louvavel de commemorarem as datas nacionaes de maior relevo os dedicados educadores do frequentado instituto de ensino da Praça Marechal Deodoro.
> Somente assim poderá a geração que alli esta preparando a intelligencia e o coração pelos estudos e os bons exemplos crescer no dever que todos deveriamos ter. (JORNAL "A MOCOCA", 10 de maio de 1914, p. 02 – Grifos do autor)

Sobre a "construção da imagem" do mito republicano atribuída a Tiradentes, José Murilo de Carvalho tece as seguintes considerações:

> A falta de uma identidade republicana e a persistente emergência de visões conflitantes ajudam também a compreender o êxito da figura de herói personificada em Tiradentes. O herói republicano por excelência é ambíguo multifacetado, esquartejado. Disputam-no várias correntes; ele serve à direita, ao centro e à esquerda. Ele é o Cristo e o herói cívico; é o mártir e o libertador; é o civil e o militar; é o símbolo da pátria e o subversivo. A iconografia reflete as hesitações. Com barba ou sem barba, com túnica ou de uniforme, como condenado ou como alferes, contrito ou rebelde: é a batalha por sua imagem, pela imagem da República. (CARVALHO, 1997, p. 141)

Encontra-se no jornal, também, referência a destinação de um espaço no interior do Grupo Escolar, compondo a liturgia cívica, de uma "Galeria de brasileiros ilustres":

> É pensamento do sr. Director do Grupo Escolar inaugurar no importante estabelecimento que dirige uma galeria de brasileiros illustres, prestando assim uma homenagem áquelles que pelo seu talento e pelas suas virtudes souberam elevar bem alto o nome brasileiro. Alem disso a galeria vae prestar optimos serviços para o estudo da **historia pátria** e ao mesmo tempo ensinar ás creanças **o amor e o respeito** por áquelles que nos deram excellentes lições de civismo.
> **A galeria**, apezar do pouco tempo que conta, já possue três retratos:
> O do Barão de Monte Santo, Barão do Rio Branco e de D. Pedro II. Brevemente será enriquecida com o retrato de D. Pedro I e Marechal Deodoro. (JORNAL "A MOCOCA", 07/091913, p. 02 – Grifo do autor)

Para a constituição do Grupo Escolar "Barão de Monte Santo" como espaço onde eram ensinados valores cívicos, e ainda como guardião e propagador desses valores, o culto à Bandeira Nacional merece destaque, a ponto de servir como principal premiação:

> O director do nosso grupo instituiu uma festa naquella casa de ensino denominada A conquista da Bandeira, com o fim de estimular os alumnos a não faltarem às aulas.
> No fim de cada mez, verificada a porcentagem total de comparecimento das classes de cada secção, a que obtiver maior porcentagem conquistará uma bandeira de seda bordada a ouro, a qual ficará sob a guarda da sala que mais concorrer para a victoria da secção.
> A cerimonia de entrega teria lugar ao 3º. dia util de cada mez. (JORNAL "A MOCOCA", 10/05/1914, p. 02).

Após a instituição do novo regime, a adoção de uma nova bandeira se fazia evidente. A nova bandeira é uma vitória dos positivistas

também que, ainda, conseguiram introduzir a divisa política "ordem e progresso" no pavilhão:

> Assim, o formato, a composição e as cores expressam uma determinada forma de compreensão da nação brasileira naquele momento histórico. No início do século, a escola pública estava se construindo não só como um lugar onde se ensinavam os valores cívicos mas como instituição guardiã dos valores, cuja ação moral e pedagógica se estendia para toda a sociedade. (SOUZA, 1998, p, 268)

A educação cívica na escola era entendida como fundamental para o cumprimento dos deveres do cidadão. Esta característica pode ser verificada no planejamento curricular com a adoção das seguintes disciplinas:

> História do Brasil, Geografia do Brasil, Economia Política, Educação Cívica, que exerciam a função de ampliar o quadro de informações sócio-políticas necessárias ao exercício da cidadania.
> Verifica-se, então, uma consciência clara da estreita relação entre ensino e política. Já os considerandos do Decreto de 12 de março de 1890 afirmavam que a Instrução Pública bem dirigida é o mais forte e eficaz elemento do progresso e que cabia ao Governo o rigoroso dever de promover o seu desenvolvimento. No plano de Caetano de Campos e na legislação de 1892 e 1893 a formação do cidadão far-se-ia em escola de oito anos de duração – a Preliminar de quatro anos e a Complementar também de quatro anos. (REIS FILHO, 1995, pp. 203 e 204)

Nessa circunstância o homem cívico e o homem moral edificariam o "bom cidadão", responsável pela construção da República que nascia.

3.2- A PEDAGOGIA MORAL

Na paisagem do Brasil Imperial, a casa térrea, as estalagens, os cortiços, os mocambos eram elementos que constituíam a trama urbana. Após a Proclamação da República, à paisagem imperial descrita anteriormente, somava-se "a massa de cidadãos pobre e perigosa, viciosa," e que estava propensa, segundo os republicanos, a perder os princípios morais, atirando-se ao crime e ao roubo e às práticas não civilizadas. Deste modo, *"Mococa progride admiravelmente em seu commercio e na sua industria. Precisa tambem do progresso moral"*. (JORNAL "A MOCOCA", 11/08/1909, p. 01)

O discurso moral de "limpeza do caráter", do cidadão renovado se torna um discurso higiênico, sanitário e a República varreria, ou melhor, possuía a intenção de "livrar a cidade dos seus convívios patológicos".

A visita da "polícia sanitária", vista como missionária da República e agente da civilização é destacada no Jornal "A Mococa", conforme notícia de agosto de 1909:

> INSPECTOR SANITARIO
> Sabemos que attendendo, a solicitação da nossa camara municipal representada pelo digno sr. dr. prefeito o sr. dr. Emilio Ribas, illustre director do Serviço Sanitário do Estado, enviara brevemente a esta cidade um inspector especial, que virá verificar (...) as installações dos serviços de exgottos e água, bem como dar as devidas providencias sobre outros serviços de **policia sanitária** de que depende a hygiene publica nesta cidade.
> Folgando em poder transmitir a publico esta noticia, aguardamos a vinda do digno funccionario, que por certo determinará as medidas indispensaveis a poder de preservar nossa cidade da invasão de alguma epedemia (...)

> Os incalculaveis males que sóem acarretar as epedemias, nas localidades onde se manifestam, devem predispor a nossa população para qualquer sacrificio que tenha por fim evitar que ellas se declarem e propaguem entre nós. (JORNAL "A MOCOCA", 29/08/1909, p. 01)

Quando da efetivação da visita do Inspetor Sanitário, a imprensa volta a destacar tal acontecimento:

> INSPECTOR SANITARIO
> Esteve nesta cidade, em dias da semana finda, o illustre sr. dr. Benigno Emydio Ribeiro, inspector sanitário, que aqui veiu, por determinação da directoria do Serviço Sanitario do Estado, verificar as installações dos serviços de agua e exgottos e ao mesmo tempo providenciar sobre outros serviços de policia sanitaria de que depende a hygiene publica nesta cidade.
> Ao que sabemos o sr. dr. Benigno Ribeiro, acompanhado do sr. dr. João Gomes Barreto, prefeito municipal, visitou aqui cerca de cem predios tomando nota dos nomes dos respectivos proprietarios e providenciando sobre as medidas mais urgentes a serem postas desde jà em pratica a bem da hygiene.
> O illustre sr. inspector sanitario seguiu terça-feira para a capital, de onde enviará dentro em poucos dias as intimações aos proprietários que ainda não fizeram em seus predios as installações de agua e exgottos, para que as façam sob pena de multa, que sera cobrada pelo governo do Estado.
> Brevemente o sr. dr. inspector voltará a esta cidade para verificar se foram ou não executados os serviços e continuar a sua inspecção aos predios que ainda não foram visitados. (JORNAL "A MOCOCA", 12/09/1909, p. 02)

O discurso da limpeza moral, transportado para o campo da construção e do progresso material, criou uma obsessão pela edificação de espaços agradáveis ao olhar, limpos, sóbrios, com ar e luz, prova disso é a notícia abaixo, do Jornal "A Mococa", respondendo à demora da inauguração e à pressa dos moradores locais para adentrar no recinto escolar:

> Alem disso é bem de ver que o governo não ha de permittir a inauguração official do Novo Grupo, sem que este esteja perfeitamente apto para o fim a que se destina, isto é, sem as condições de hygiene e conforto adoptadas nos modernos institutos dessa natureza. (JORNAL "A MOCOCA", 29/10/1911,pg. 01)

Sobre as questões higiênicas que seguiram após a Proclamação da República, Ribeiro (1993) apresenta os aspectos de interesse sanitário, em especial, no processo de imigração estrangeira para o estado de São Paulo, ocorrido após 1889. Num momento em que a febre amarela era a mais freqüente e letal das epidemias que afetavam o estado, matando principalmente os estrangeiros, a defesa do fluxo migratório foi um dos fios condutores das ações em saúde pública. A combinação entre os interesses da cafeicultura, a expansão ferroviária, imigração e febre amarela definiu os rumos da ação sanitária promovida pelas oligarquias cafeeiras no poder nesse período em São Paulo.

Além da limpeza, a ordem e a disciplina são importantes aspectos que a organização escolar deveria manter. As representações ao redor da higiene escolar contribuíram para reforçar valores morais relacionados aos padrões de comportamento "civilizados".

Um dos primeiros registros sobre as condições higiênicas do Grupo Escolar "Barão de Monte Santo" está descrito no "Livro de Inspeção Sanitária", de Augusto Barreto, que assim o descreve:

> Escolas
> Ha na ciddade o Grupo Escolar Barão de Monte Santo e uma escola izolada. O grupo funcciona em um edifício sumptuoso e grande em local perfeitamente saneado e afastado de outros edificios e não sombreado por arvoredos. Só tem um pavimento com mais de um metro e convenientemente ventilado. No centro existe uma grande área descoberta e cimentada que serve para recreio nos dias chuvosos. Tem 10 grandes classes, de forma retangular e paredes amarello-creme com mais de 3 metros de altura, comportando 40 alumnos. Todas com duas portas dando para a área central e duas grandes janellas (com

> mais de um metro do soalho e aproximando bem do tecto) dando para fora, de modo que a ventilação das salas é a mais perfeita possível e, com as portas fechadas, não ha corrente de ar que prejudique aos alumnos. O numero de lactrinas e mictorios é sufficiente para o numero de alumnos que o grupo pode comportar. Existem dois grandes filtros e todo alumno é obrigado a ter o seu copo. Os quadros negros estão bem situados e a boa altura e a mobília é das que se adaptam á altura dos alumnos. A illuminação de quase todas as salas é unilateral e todas podendo receber illuminação lateral esquerda, mas há uma sala em que a disposição das carteiras faz com que os alumnos recebam illuminação lateral direita. E em uma das de illuminação bilateral ficam os alumnos voltados para uma das faces de illuminação. Atrás do edifício ha um grande patio que serve de recreio. Ha regularmente aula de gymnastica para todos os alumnos. (...)
> A inspecção medica é exercida por um medico por indicação da camara. A expensa desta foi installada no Grupo uma sala com todos os apparelhos necessarios ao exame dos escolares. A inspecção não é exercida com assiduidade por falta de remuneração aos medicos. É vedada a freqüência ás aulas ás creanças com qualquer molestia contagiosa.

O programa de moralização e ordenação social remete à educação do corpo, e a educação física (ginástica) possuía uma função moralizadora e higiênica. É constante o destaque nas notícias sobre locais apropriados para a prática da ginástica:

> O Gymnasium em contrucção, situado no pateo externo e destinado ao recreo e aos exercicios gymnasticos dos alumnos, terá 33 metros de comprimento por 11 de largura e será coberto de telhas francezas.
> No mesmo pateo estão situadas as privadas, em numero de dez, bem como um mictorio, construidos sob as condições da mais rigorosa hygiene. (JORNAL "A MOCOCA", 11/05/1913, p. 02)

O discurso positivista que considera a sociedade como um todo orgânico regulado por leis naturais, onde a sociedade seria um organismo composto por partes diferentes cf. (RIDENTI, 1992) é adaptado pelos republicanos como preceito de bom funcionamento social. Na

descrição abaixo, o Jornal "A Mococa" ao descrever o recreio, descreve a cena dentro da corrente positivista:

> Assistimos a um dos recreios, o da manhã. A creançada mostrava-se satisfeita. A um signal os pequenos dispararam, sem grande alarido, e cada qual procurou um descanso para comer. Todos os alumnos são obrigados a levar para ali um lunch, sob pena de não serem aceitos. Essa medida é, aliás, perfeitamente justificável, porque uma creança que sahe de sua casa ás 7 e meia da manhã não póde ficar até ao meio dia sem um sustento. A boa alimentação é indispensável para o bom desenvolvimento. O estudo cansa, fatiga. Todo organismo trabalha e portanto se debilita. (JORNAL "A MOCOCA", 11/05/1913, p. 01)

Para o controle social, além da paisagem urbana, a intervenção das oligarquias cafeeiras se efetivou com o "Código de Posturas do Município" elaborado através da Lei n. 147 de 14 de dezembro de 1899, que criava uma série de normas de "como se portar em público, a proibição de rezas e cantorias populares em voz alta, a proibição do jogo do entrudo". O controle da vida das pessoas se efetivava com esta intervenção dos membros da Câmara Municipal através da criação dessa legislação. Àqueles que desafiassem esse conjunto normativo eram imposta uma severa vigilância e a aplicação de altíssimas multas.

3.3- ASPECTOS FUNDAMENTAIS DO ESPAÇO REPUBLICANO E OUTRAS NOTAS SOBRE A MODERNIZAÇÃO DA CIDADE

A caracterização do espaço público, iniciativa que coube ao Estado, estava concentrada na demarcação à circulação e ao lazer controlado, já o espaço privado reservado *"à prática da intimidade institucionalizada pelos códigos de comportamento específicos e rígidos, a*

serem mantidos e promovidos preferencialmente pela família nuclear" (SOUZA, 1998, p. 136).

Os gestores do Estado estipulavam a ordem das ruas. A ordem interna às casas era arquitetada, em boa medida, pelo concurso do grupo escolar, mediante iniciação da educação dos filhos às normas comportamentais, civilizando e moralizando as crianças e o seu ambiente familiar.

O espaço republicano, um espaço de controle movido pelas reformas urbanas, que expulsara grande parte da pobreza e da miséria do centro, não permitia o vaguear, e mesmo os mendigos deviam, segundo o discurso da ordem, estar cadastrados conforme destaca a notícia do Jornal "A Mococa":

> Mendigos
> Sabemos que, com o intuito de impedir a falsa mendicidade, o sr. dr. delegado de policia ordenou aos seus auxiliares a detenção de todos os mendigos que **vagueiam** pela cidade, para no sabbado proximo às 2 horas da tarde, na cadeia publica, serem examinados por dois médicos identificando aquelles que estiverem em condições de continuar a mendigar, os quaes receberão uma licença da policia.
> Aos que não estiverem em condições será terminantemente prohibida a mendigar pelas ruas (JORNAL "A MOCOCA", 12/09/1909, p. 02.)

A vontade de ser moderno remodelou o centro da cidade de Mococa, mas não só ele. Tal vontade também se fez presente em vários outros "espaços" da cidade, como é o caso da estação ferroviária da cidade, cujas instalações eram "acanhadas". Os viajantes que por ela passavam poderiam ter uma falsa impressão de que a cidade não alcançaria *status* de civilizada:

> PROGRESSO LOCAL
> Nada há que sobressalte o optismo dos visitantes, por mais seguros que se saibam na sympathia e na intimidade dos donos

> da casa, como encontral-a cheio de sujidades logo a entrada, denotando o todo visivelmente emporcalhado e, portanto, sem o mais leve signal de asseio, a exigir a interferencia eficaz e energica da hygiene.
> Alem do mais, de todos esses feios e revoltantes indicios de relaxação, seria tambem um descaso perigoso de tal gente pelas prescripções da therapeutica que não se cança em aconselhar, em bem da garantia de uma vigorosa saude, aos chefes dos domicílios que os façam primaraté pelos requintes da limpeza.
> Assim os villarejos e as cidades.
> Para todos quantos de fora, acostumados já aos aformoseamentos de cidades em que a civilisação vive e paira com arte, nos visitassem, mezes atraz, a primeira impressão logo ao pisara "gare" da Mogyana não poderia serboa.
> Aquelle desageitado edifício, com apparencias de estação, acanhado e inesthetico, embora não condissesse com o progresso material de Mococa, punha os nossos hospedes em sobressaltos.
> **Quantos não teriam tido dalli ruins e erradas idéas a respeito desta cidade, dissipadas, sem tardança, ao penetrar em seu centro. (...)** (JORNAL "A MOCOCA", 06/07/1913, p. 01 – Grifo do autor)

Os hábitos e costumes ligados à velha sociedade imperial também estavam condenados. O impacto da Revolução Científico-Tecnológica se fez sentir, até mesmo, no ensino da leitura e pronunciação[36]; a pronunciação das palavras deveriam espelhar à dos grandes centros:

---

[36] Segundo SOUZA (1998), "(...) para o ensino da leitura indicava-se a divisão da classe do primeiro ano A em três turmas. Cada uma deveria ser chamada para a leitura de impressos e manuscritos. Além da leitura oral, deveria o professor realizar leitura no quadro seguido da escrita de palavras e frase. Ao iniciar cada aula, o professor deveria recapitular as duas lições anteriores. Recomendava exigir dos alunos, na leitura, a expressão devida e pronunciação correta evitando-se, assim, vícios de linguagem. As lições estudadas deveriam ser copiadas nas lousas. Nas classes B e outras, explicava-se antes os vocábulos, o que facilitava a compreensão. Começava-se a leitura em voz alta pelos melhores alunos, visando educar o ouvido dos piores.
Para a leitura suplementar era sugerido o uso de livros que contivessem noções de conhecimentos úteis, noções estas que seriam ampliadas com as explicações do professor. Deveriam os professores observar com escrúpulos as seguintes regras: leitura compreensiva, entonação adequada, ler em voz moderada, leituras curtas, exigir pronunciação." (SOUZA, 1998, p. 199)

> De passagem, seja-nos licito apontar aqui o único defeito que tivemos opportunidade de observar no ensino do Grupo e que a nosso ver póde ser facilmente corrigido. Referimo-nos a um vicio de dicção, aliás muito commum no linguajar do povo no interior do nosso Estado.
> Esse vicio está na pronuncia das vogaes O e E.
> Ouvimos a diversos alumnos de um e outro sexo locuções como estas ... o homem; um conto réis – pronuncias assim: ô homem; um conto dê réis.
> Esse provincialismo (...) deve ser combatido: primeiro por ser anthi-euphonico; segundo, porque não é essa a pronuncia adoptada em Lisboa, no Rio de Janeiro e mesmo na capital paulista, cidades essas que nos devem servir de modelo em questões de tal natureza.
> O illustrado sr. Director do Grupo, entretanto, se esforça por debellar esse vicio, e estamos certos que breve o conseguirá. (JORNAL "A MOCOCA", 11/05/1913, p. 01)

A dificuldade inicial de se confiar que os alunos, e a população como um todo, de uma forma natural atingissem a "polidez dos bons costumes" é uma maneira de compreender a intervenção do Jornal ao noticiar o "vício de linguagem" dos alunos. Com a imposição da vigilância e da disciplina, a regeneração social se efetivaria e as marcas de um povo rústico seriam apagadas. Outros vícios, também, deveriam ser corrigidos e a escola prepararia o "cidadão" ideal republicano.

Ao espírito de modernização do ensino, o edifício-escola localizado na região central da cidade, ocupando lugar de destaque na trama urbana rodeado por outras instituições públicas: Igreja, Câmara, Prefeitura, Teatro denotando a importância da educação.

Seguindo a modernização da trama urbana, conforme o relato do Jornal "A Mococa", a apresentação da moção popular pela candidatura de Rui Barbosa, deveria ser exemplo a ser seguido por outras cidades paulistanas:

> O exemplo de Mococa
> Sob este título, o 'Diario da Manhã' de Ribeirão Preto, a prestigiosa folha tão brilhantemente regida pelos drs. Veiga Miranda e Albino Camargo, assim se manifesta sobre a moção popular pela candidatura Ruy Barbosa, apresentada e approvada na grande reunião do Theatro Variedades:
> 'O Terceiro Districto Federal de S. Paulo, cuja sede é Ribeirão Preto, vae demonstrando pouco a pouco que deseja afastar-se do humilhante servilismo em que jaz o eleitorado de quase todo o Brasil. Rebeldes ás moções incondicionaes de applausos aos 'chefes' e ao governo do Estado, já tres municipios importantes alçaram a fronte desassombradamente.
> S. João da Boa Vista, Ribeirão Preto e Mococa.
> Os dois primeiros foram apenas desobedientes ás insinuações do centro. Pensaram e agiram por conta propria. O terceiro, porém, foi mais longe. Deu o verdadeiro grito de emancipação regional, accusando claramente o propósito de censura aos que, como dirigentes do Estado nos seus poderes lesgislativo e executivo,faltaram aos compromissos ha quatro annos assumidos em relação á policia federal.
> O exemplo de Mococa é uma semente benéfica lançada ao solo de S. Paulo. Oxalá esses cidadãos timoratos dos outros municipios saibam comprehender a belleza daquella attitude varonil. (JORNAL"A MOCOCA" , 03/08/1913, p, 02)

O espaço ocupado pelo Grupo Escolar é motivo de orgulho para a população mocoquense, elevando a cidade ao mesmo nível dos estabelecimentos de ensino da Capital do Estado, é o que se pode verificar nestas três passagens do Jornal "A Mococa":

> Damos abaixo alguns dados relativos ao Grupo Escolar desta cidade,
> que ora funcciona em um vasto e optimo edificio que pouco terá a invejar dos seus congeneres da capital.
> Como se sabe, esse estabelecimento está confiado ao competente professor sr. Cesar Martinez, que não se poupa em lhe imprimir uma correcta direcção que nada deixa a desejar. (JORNAL"A MOCOCA", 25/05/1913, p. 02)

> Já deixa a melhor impressão em quem o visitar o grupo Escolar Barão de Monte Santo, desta cidade.
> Funccionando em predio moderno e amplo, de que ja demos detalhadas noticias nesta folha, depois de ultimados os restantes serviços externos de ajardinamento, etc nada terà, por certo, a

> invejar muitos que no interior passam por modelares no genero. (A MOCOCA, 31/08/1913, p. 02)
>
> Acham-se definitivamente concluidas as obras complementares do nosso grupo escolar, tendo o sr. Engenheiro do districto, dr. Florence, recebido a empreitada do contractante sr. Domingos Fazzano.
> Por mais de uma vez essa folha manifestou a optima impressão que deixam aos olhos do visitante as obras referidas o que constitue honrosa recomendação ao seu constructor. (JORNAL "A MOCOCA", 05/10/1913, p. 03)

No processo de modernização da pavimentação interna do edifício, a *macadamização*[37] merece destaque:

> Alem de muitos melhoramentos que serão levados a cabo, figura a macadamisação dos pateos de recreio, a qual concorrerá não só para o seu embellezamento como ainda para o asseio geral do estabelecimento. (JORNAL "A MOCOCA", 15/06/1913, p. 02)

Segundo BERMANN (1986), a *macadamização* dos bulevares parisienses permitiu que o tráfego fluísse mais rapidamente pelos centros da cidade. Este empreendimento estimulou a expansão dos negócios locais e produziu a demolição das habitações miseráveis. As massas sem moradia, ainda, foram utilizadas na construção de obras públicas.

A descrição completa do edifício escolar é fornecida pelo Jornal "A Mococa":

---

[37] Conforme BERMANN (1986), este termo "(...) deriva de John McAdam, de Glasgow, o inventor setecentista da moderna superfície de pavimentação. Talvez seja a primeira palavra dessa língua que os franceses do século XX satiricamente chamarão de *Franglais*: pavimenta o caminho que leva a *lê parking, lê shoping, lê weekend, le drugstore, lê móbile-home*, e muito mais. Essa linguagem é assim vital e atraente porque é a linguagem internacional da modernização. Seus neologismos são poderosos veículos de novas formas de vida e movimento. Tais palavras podem parecer dissonantes e excêntricas, contudo é tão fútil resistir à própria iminência da modernização. O macadame, superfície com que foram pavimentados os bulevares, era notavelmente macio e fornecia perfeita tração para as patas dos cavalos. Pela primeira vez, corredores e condutores podiam, no coração da cidade, lançar seus animais em plena velocidade." (BERMANN, 1986, p. 153)

As proporções do edificio são as seguintes: 36, m 10 de frente sobre 38 metros de fundo. A sua area total, com os recreios, mede 48 por 80 metros.(...)

No pavimento inferior do edificio se encontram tres grandes filtros, que fornecem água sufficiente a todas as classes.
No centro do edificio existe uma vasta area quadrangular, toda cimentada, a qual serve actualmente para o recreio dos alumnos, que para ella descem por duas escadas de pedra e cimento de pequeno declive.
O edificio é todo construído de tijollos com base de cantaria e custará ao Estado, com as obras complementares mais de duzentos contos de réis, sem ser incluido nessa conta o seu mobiliario.
O edificio tem a fórma de um rectangulo, com uma area central livre, para ventilação, e onde são cultivados arbustos e flores em tinas. Contém dez salas de aula, na media de 25 metros quadrados, uma sala de espera, gabinete da directoria, portaria e duas salas para professores. Todas as salas são servidas de amplos corredores de mosaico, que dão sahida para todos os lados.
Na portaria, alem do archivo, deposito de material didactico e bibliotheca, ha uma pequena pharmacia, para primeiras necessidades.
Nos corredores internos ha bancos de jardim para descanso dos alumnos nas horas de recreio.
Os recreios, em vias de concluzão, se não tão vastos como deviam ser, offerecem comtudo o indispensavel conforto. Ahi serão construidos dois passadiços cimentados para as privadas, bem como o gymnasium, de que já falamos, destinado ao abrigo dos alumnos nos dias de chuva ou de sol ardente e aos exercicios gymnasticos.
(...)Foi preciso a construcção de fortes muros de pedra sobre cimento para suportar o grande aterro. Para se ter uma idea desse serviço, é bastante observar que as suas bases são de um metro e vinte e que foram ali empregados grandes blocos de granito.
Dentro em breve ficarão concluídos os fechos, tornando-se então o edificio digno de ser apreciado.
O mobiliário empregado nas classes é todo de fabricação americana, e o governo fornece gratuitamente livros e papeis aos alumnos reconhecidamente pobres.
A frente do edificio será cercada de um gradil, com dois elegantes portões.
A inauguração official do Grupo será, provavelmente, em agosto próximo.

AS CLASSES

> O estabelecimento se divide em 16 classes, oito para cada sexo, com uma matricula total de 640 alumnos, dos quase 310 do sexo masculino, e 330 do feminino.
> A primeira vista esse numero de alumnos parece muito avultado para a nossa cidade. No entanto, se compararmos a nossa população em idade escholar, só da cidade e subúrbios, com a matricula no Grupo e nas escholas particulares, verificaremos que o analphabetismo, infelizmente, ainda medra entre nós.
> As aulas são divididas em duas grandes secções: a masculina, que funcciona das 8 horas da manhã até ao meio dia, e a feminina, que começa a esta hora e termina às quatro e meia da tarde.
> (JORNAL "A MOCOCA", 11/05/1913, p. 02)

3.4- A REPÚBLICA LIBERAL: CONSAGRAÇÃO DO IDIVIDUALISMO

As formas tradicionais de solidariedade social tenderam à dissolução com o estabelecimento de novas relações fundadas na consagração do individualismo. Prova disso, as festas de encerramento do ano letivo significavam o coroamento de todos os mecanismos de motivação e incentivos escolares:

> Como meio disciplinar secundário era autorizada a aplicação de castigos e prêmios. Esses últimos compreendiam: a passagem do aluno de lugar inferior para superior na mesma classe, o elogio perante a classe, o elogio solene perante as classes reunidas, distribuição de cartão de boa nota, cartões de merecimento e louvor e a inclusão do nome do aluno no quadro de honra. Quanto às penas, elas compreendiam: admoestação particular, más notas nos boletins mensais, retirada de boas notas, privação do recreio, repreensão em comunidade, exclusão de prêmios escolares, exclusão do quadro de honra e expulsão da escola como incorrigível. (SOUZA, 1998, p. 147)

O Estado, ao valorizar o mérito individual, reafirmava os princípios do liberalismo[38] e a premiação dos melhores alunos, ressaltava traços de uma cultura escolar que se estava construindo com base na homogeneização e exclusão:

> É sabido que a República não instaurou no Brasil uma sociedade democrática e a cidadania de fato. Ao contrário, o liberalismo adquiriu no Brasil um caráter de consagração das desigualdades. Dessa forma, numa sociedade marcada por forte estrutura hierárquica e por grandes desigualdades sociais, explica-se porque a ideologia liberal do mérito tenha sido tão valorizada. (SOUZA, 1998, p. 247)

A festa de encerramento se mostrava como bastante oportuna para prestar homenagens ao governo republicano e aos símbolos da pátria, além da exposição dos trabalhos escolares, prática que acabou tornando-se uma tradição do ensino público estadual.

A República Liberal, ao enaltecer as ciências, corrobora para a adoção de um plano de estudo enciclopédico do qual fazia parte:

> (...) desde a escola elementar, todo o elenco de noções científicas. A influência de Comte e Spencer era, então,

---

[38] Conforme OUTWHAITE & BOTTOMORE (1996) "a doutrina política conhecida como liberalismo afirma que o propósito do estado como associação de indivíduos independentes é facilitar os projetos (ou a "felicidade") dos seus membros. Os estados não devem impor os seus próprios projetos. Tal como seu parceiro doutrinário, o conservadorismo, o liberalismo é uma versão da tradição política ocidental e ambos os termos são empregados, de forma um tanto confusa, em sentido tanto genético quanto específico.
Em sentido genético, "liberalismo" refere-se a toda a moderna tradição ocidental de pensamento e comportamento, em contraste com as tradicionais formas de ordem encontradas na Ásia e na África. Críticos do mundo ocidental moderno, como os marxistas,ou vários tipos de fundamentalistas religiosos, atacam o liberalismo como o aspecto doutrinário do capitalismo. Liberalismo, nesse sentido, refere-se à liberação dos desejos de um indivíduo e de muitas das restrições de uma ordem tradicional.(...) A essência do liberalismo reside em seu reconhecimento do desejo individual como fato básico de uma associação civil moderna. Não há valores ou normas preponderantes a que o homem esteja completa e permanentemente obrigado. Mas essa forma é freqüentemente mal-compreendida. Não se deve pensar, por exemplo, que um desejo é o mesmo que um impulso, uma inclinação ou um capricho. O "desejo" do pensamento liberal, tal como a "felicidade" dos teóricos utilitários, é altamente racionalizado". (OUTWHAITE & BOTTOMORE, 1996, pp. 420-422)

> marcante nas teses e argumentações em voga entre os defensores da educação popular. Acreditava-se que pelo domínio do conhecimento científico, pela posse das verdades reveladas pela ciência, formar-se-ia o homem perfeito e o cidadão completo. (REIS FILHO, p. 205)

Para a formação do "homem perfeito", do "cidadão completo", o padrão de ensino dos países mais desenvolvidos da Europa e dos Estados Unidos da América é objeto a ser perseguido. Destaque que o Jornal "A Mococa" faz nas suas páginas:

> Grupo Escholar
> Todos os municipios paulistas, ricos ou pobres, procuram, na medida de suas forças, desenvolver a instrucção publica, condição primordial para o seu engrandecimento e, desta fórma, vão ao encontro do governo do Estado, que se empenha com denodo na educação popular.
> Os grupos escholares, instituições modelos mantidas pelo governo, devem ser objecto de muito cuidado não só por parte dos poderes municipaes, mas ainda por parte do publico, porque não compete só ao Estado o encargo de zelar pelo futuro da nação; o povo necessita tomar parte nesse prélio glorioso.
> Os Estados Unidos da America devem o seu progresso verdadeiramente espantoso ao grande problema da educação geral e technica, que ali chegou ás raias da perfeição.
> Pois bem, nesse trabalho constante de muitos annos, em que se consumiram sommas fabulosas, o povo tomou parte activa.
> São testemunhas desta affirmação milhares de sociedades particulares, que ali existem para manter e auxiliar escholas e fornecer o indispensavel ás creanças pobres.
> Para termos uma idéa clara do que seja a instrucção educativa naquella grandiosa republica, é bastante lembrarmo-nos que a França, a Bélgica, a Allemanha, e outras nações mandam commissões á América do Norte para acompanharem o mechanismo interessante das suas escholas. E é tal a confiança depositada pela nação no estabelecimento, que o filho do presidente senta-se ao lado do filho do operario como ao lado do filho do capitalista.
> Nós, os americanos do sul, porque não havemos de seguir os passos dos americanos do norte?

> São Paulo dizemol-o com orgulho, caminha para lá. É preciso, porém, que o povo saiba também comprehender o papel da escchola e emprestar-lhe toda sua energia.
> Mococa tem o seu grupo e dentro em breve será inaugurado o novo predio, bellissimo por certo, e onde se poderão matricular 1000 creanças!
> Grandes serviços poderá prestar a esse estabelecimento de ensino a Camara, a política e o povo, serviços que redundarão em beneficio de nossos filhos, em beneficio, portanto, de nós mesmos e da terra em que vivemos.
> Sabemos, por exemplo que, é pensamento de seu director adquirir por subscripção um ou dois pianos, organisar uma banda de musica para os alumnos e uma orchestra para as alumnas; instituir uma caixa escholar para fornecer livros, roupa e outros meios ás creanças pobres.
> Estas ultimas poderão ficar a cargo das senhoras mocoquenses possuidoras dos mais bellos dotes e dos mais elevados sentimentos.
> A banda de musica seu custeio poderá ficar a cargo da municipallidade.
> A acquisição dos pianos competirá ao povo.
> Destas columnas dirigimos um appelo geral a todos, na certeza, que ninguem se negará a concorrer para que vinguem taes projectos. (JORNAL "A MOCOCA", 11/08/1909, p. 01- Grifo do autor)

O Estado criador e mantenedor das escolas de todos os níveis asseguraria o propósito de incluir todos os cidadãos, visto que *"o povo é o dirigente máximo do Estado e tem como primeiro interesse e dever a difusão da educação popular."*(REIS FILHO, 1995, 203) Mas revelou-se um enorme distanciamento entre o discurso (positivista/liberal) e prática já que a educação na República não contemplava grande parcela da população e acabou por construir métodos de seleção (característica liberal) que se configurou como uma escola para alguns, através de um *"sistema seletivo que excluía da escola, pela repetência e pela conseqüente evasão, considerável parcela da população escolar"* (REIS FILHO, 1995, p. 205)

A "cartilha liberal" propagou-se pela ideologia republicana. Os jornais se mostraram como instrumentos eficientes para a difusão dessas informações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A instalação dos Grupos Escolares nas cidades do interior de São Paulo fora característica da educação republicana e uma particularidade do projeto de educação popular. A "mitificação da educação", necessidade política e social, era marca imprescindível para a "regeneração" da Nação. Além disso, a exigência da educação fazia-se necessária, uma vez que, para a participação política (eleições diretas), tornava a instrução primária indispensável para a efetivação do regime republicano. Na cidade de Mococa, o crescimento populacional e, sobretudo, as mudanças urbanas que se intensificaram na cidade no início da 1ª. República contribuíram de maneira decisiva para a construção do Grupo Escolar "Barão de Monte Santo". O Grupo Escolar, pela sua composição arquitetônica, sua organização e finalidade, somava-se às forças místicas que compunham o imaginário social do período, firmado no tripé progresso, ciência e civilização. Situado no centro da cidade, próximo dos palacetes erguidos pelas oligarquias cafeeiras, da Igreja Matriz e da Prefeitura, o Grupo Escolar assegurou com seu aspecto "monumental" a homogeneização da vizinhança, uma vez que, o centro deveria manter-se distante da pobreza e da promiscuidade.

A Proclamação da República em 1889 suscitou intensos debates acerca dos problemas da educação, a criação dos Grupos Escolares é uma clara tentativa de criar um símbolo, uma alegoria, uma marca deste momento histórico. A idéia de progresso, de democracia liberal, de pensamento nacional sustentado pela corrente positivista, além de fundamentos românticos designa a escola como principal agente de transformação da sociedade.

O café, na segunda metade do século XIX, tornou-se a base da economia nacional, principal produto de exportação, proporcionou o

desenvolvimento de um amplo processo de reformas, garantindo amplos poderes aos fazendeiros, a ponto de elevá-los a uma posição de destaque e de condução das efetivas relações econômico-sociais, políticas e cultural-ideológicas da sociedade brasileira. Os "senhores do café" foram os responsáveis pela disseminação da "missão civilizatória" pela cidade de Mococa, uma vez que o "atraso" era atribuído ao passado colonial e imperial do país, o qual ainda estava explícito através das ruas populosas e barulhentas e das epidemias que se alastravam.

Embora a riqueza material do Estado de São Paulo fosse proveniente do campo, especialmente da economia cafeeira, foi no meio urbano, que a efetivação dessa modernização ocorreu. A intensificação do comércio, melhoramentos como saneamento básico, iluminação, água, ajardinamentos, ferrovias são características deste desenvolvimento.

Como estratégia para formar verdadeiros cidadãos a "pedagogia republicana" se estendeu por toda a sociedade através de um projeto cultural operacionalizado pela escola que, aplicado conjuntamente a um projeto de controle da ordem social, acabou por formar moralmente e intelectualmente o povo. A valorização da educação moral e cívica, dos princípios científicos e o preparo para as novas formas de relações de trabalho norteavam o projeto cultural republicano que atuava no nível do imaginário.

Outro fator considerado foi a análise das imagens jornalísticas que foram capazes de revelar as diretrizes do projeto republicano brasileiro, que privilegiou o meio urbano ao edificar os Grupos Escolares - principais agentes formadores dos cidadãos. As diversas estratégias utilizadas pela República, norteadas por uma certa "noção de cidadania", tenderam para a construção de uma identidade republicana que tinha como proposta conduzir a nação da "barbárie" à civilização. Teria valido a pena?

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. Dicionário de filosofia, São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ALVIM, Z. *Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo*. In: NOVAIS, F. A. *História da vida privada no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 3.

ARTIGAS, J. B. V. *"Sobre Escolas..."* In Revista Acrópole nº 377, São Paulo, 1970.

BASBAUM, L. *História sincera da República*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975-1976.

BENCHIMOL, J. L. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, DGDIC, Divisão de Editoração, 1992.

BENCOSTTA, M. L. A. *História da Educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 2005.

BENJAMIN, W. Paris, *Capital do século XIX*. São Paulo: Espaço e Debates 11 (III): 5-13, 1984.

BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BENTHAM, J., MILLER, J. A., PERROT, M., WERRET, S. *O Panóptico /Jeremy Bentham;* organização e tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BENTHAM, J., MILL, J. S. *Os Pensadores,* São Paulo: Abril Cultural, 2ª. ed., 1979

BURKE, E. *Investigações filosófica sobre a origem de nossas idéias do belo e do sublime* in LICHTENSTEIN, J. *A pintura Vol. 4: O belo*. São Paulo: Editora 34, 2004.

CARVALHO, J. M. de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *A formação das almas – o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, M. M. C. *Molde Nacional e fôrma cívica*. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1998.

CORREA, M. E. P.; MELLO, M. G. de & NEVES, H. M. V. *Arquitetura Escolar Paulista: 1890-1920*. São Paulo: FDE, 1991.

FAUSTO, B. *História Geral da civilização brasileira:* Tomo III: O Brasil Republicano (1889-1930) Estrutura de Poder e economia. RJ: Bertrand Brasil, 1989.

FERREIRA, A.; CORRÊA, M. E. & MELLO, M. G. *Arquitetura escolar paulista: restauro*. São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), 1998.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão,* Petrópolis, Vozes, 1987.

FRAGO, A. V. & ESCOLANO, A. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

JACOBS, J. *Morte e vida das grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das Cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

JORNAL *A Mococa* — 1909-1914

KOVARICK, L. *Lutas Urbanas e Movimentos Populares*. In: *Estudos urbanos,* São Paulo: Ed. 34, 2000,

LÖWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen – marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. 5ª. Edição, São Paulo: Cortez, 1994.

MARINS, P C. G. *Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras*. In: NOVAIS, F. A. *História da vida privada no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 3.

MARQUES, H. T. *Do sertão à urbs: aspectos da modernização em Mococa (1890-1930).* Estudos de História, Franca, v. 11, n.1, p. 89-108, 2004.

_____*O teatro e a modernização dos costumes em Mococa (1894-1918).* Ensaios de História, Franca, v. 7, n.1/2, p. 23-31, 2002.

MONARCHA, C. *Arquitetura escolar republicana: a escola normal da praça e a construção de uma imagem de criança,* In: FREITAS, Marcos C. (org.) *História Social da Infância no Brasil.* São Paulo: Cortez Editora e Universidade São Francisco, 2001.

NAGLE, J. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU, 1976.

NOSELLA, P. BUFFA, E. *Universidade de São Paulo; Escola de engenharia de São Carlos; os primeiros tempos: 1948-1971.* São Carlos: EdUFSCar, 2000.

OLIVEIRA, F. *Privatização do Público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal.* In: *Os Sentidos da Democracia, R*io de Janeiro: Vozes, 1999.

OUTHWAITE, W. ; BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento social do século XX,* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

QUEIROZ, H. de. *Mococa de sua formação até 1900.* São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1902.

REIS FILHO, C. *A educação e a ilusão liberal: origens da Escola Pública Paulista*. Campinas, SP: Autores associados, 1995.

_____. *Índice Básico da legislação do ensino paulista: 1890-1945*. Campinas, SP: Graf/FE, Graf. Central/UNICAMP, 1998.

RIBEIRO, M. A. R. *História sem fim ... um inventário da saúde pública - São Paulo, 1880-1930*. São Paulo, Edunesp. 1993

RIBEIRO, M. L. S. *História da Educação Brasileira: a organização escolar*. 18ª edição. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

RIDENTI, M. *Política pra quê?* São Paulo: Atual, 1992.

SALIBA, E. T. *A dimensão cômica da vida privada na República*. In: NOVAIS, F. A. *História da vida privada no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 3.

SENNETT, R. *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. São Paulo; Companhia das Letras, 1988.

SILVA, R. A. *Escola Profissional Mixta "Cel. Francisco Garcia": relações entre educação e trabalho na periferia do capitalismo (1931-1936)*. Dissertação (mestrado em Educação), UNICAMP, Campinas, 2004.

SILVA, S. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SCHAPOCHNIK, N. *Cartões-postais, álbuns de família e ícones da intimidade*. In: NOVAIS, F. A. *História da vida privada no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 3.

SITTE, C. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Ática, 1993.

SOUZA. R. F. *Templos de civilização: um estudo sobre a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo*. São Paulo: EDUNESP, 1998.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

FONTES

Acervo do Museu Histórico e Pedagógico "Marquês de Três Rios" (Mococa-SP):

Jornal *"A Mococa"* (1909-1913).

Livro de Inspeção Sanitária – por Augusto Barreto. (1922).

Fotografias (1896 – 1930). Miscelânea.